

••••

TABELA DE

*HONORÁRIOS*  
*ADVOCATÍCIOS*

**2026**







# Tabela de Honorários Advocáticos 2026

---

OAB · ALAGOAS

## Apresentação

A Tabela de Honorários Advocáticos da OAB Alagoas — Edição 2026 — consolida um novo patamar de organização, valorização e estruturação da advocacia alagoana.

Este instrumento reflete a evolução do exercício profissional, marcado por maior complexidade técnica, ampliação das áreas de atuação e crescente demanda por qualificação, previsibilidade e segurança nas relações jurídicas.

A definição de honorários mínimos não se limita à fixação de valores, mas representa elemento essencial para a preservação da dignidade da profissão, para o equilíbrio das relações contratuais e para a garantia de uma atuação independente, técnica e ética.

Nesse contexto, a Tabela se apresenta como referência institucional para o mercado jurídico, contribuindo para a uniformização de parâmetros, o fortalecimento da advocacia e a mitigação de práticas incompatíveis com a valorização profissional.

A advocacia contemporânea exige posicionamento, responsabilidade e estrutura. Este documento reafirma o compromisso da Ordem com esses pilares, projetando a advocacia alagoana para um ambiente mais organizado, sustentável e alinhado às exigências atuais da profissão.

A valorização dos honorários advocáticos constitui diretriz institucional e compromisso permanente da OAB Alagoas.

# Diretoria OAB/AL

**Presidente:** Vagner Paes Cavalcanti Filho

**Vice-Presidente:** Cláudia Lopes Medeiros

**Secretária-Geral:** Any Caroline Ayres da Costa Lopes

**Secretário-Geral Adjunto:** Isaac Macena Leandro

**Tesoureiro:** Victor Pontes de Maya Gomes

**Tesoureiro-Adjunto:** Marcus Frederico de Queiroz Ribeiro Lima

**Diretoria de Gestão, Inovação e Tecnologia:** Nathalia Fernanda Lopes Cuellar Peixoto

**Diretor de Relações Institucionais:** Victor Oliveira Silva

**Diretor de Comissões:** Paulo Victor Paraízo de Moraes

**Diretor de Comissões Adjunto:** Carlos Eduardo Carvalho de Lima

**Diretor de Prerrogativas:** Roberto Tavares Mendes Filho

## Comissão Responsável pela Elaboração da Tabela

**Coordenação:** Nathalia Fernanda Lopes Cuellar Peixoto

**Membros:** Caio Soares Cabús Gois; Felipe Vilela Fernandes; Flávio Gilberto Farias de Santos; Jefferson Everton Ramos da Silva; Márcio Roberto Tenório de Albuquerque Júnior.

## Estudo Técnico do Piso Ético da Advocacia

**Elaboração:** Conselho da Jovem Advocacia da OAB/AL.

**Grupo de Trabalho:** Gabriela Melo Tavares; Francisco Sales Sarmiento Ramos; Caio Soares Cabús Gois; Lael Wagner Da Conceição Tenório.

# Metodologia

A presente minuta da Tabela de Honorários da OAB/AL foi elaborada com base em critérios técnicos, éticos, institucionais e de ampla representatividade, com o objetivo de atualizar os valores mínimos de referência da advocacia alagoana e adequá-los às transformações contemporâneas do exercício profissional. O processo observou, como fundamento normativo, o art. 22 da Lei nº 8.906/1994, os parâmetros ético-profissionais da advocacia, as boas práticas adotadas em outras Seccionais e as especificidades da realidade local.

A metodologia adotada compreendeu, em sua fase inicial, o levantamento de dados e o diagnóstico dos valores praticados pela advocacia em Alagoas, aliados à análise comparativa de tabelas de honorários de diversas Seccionais da OAB, com especial atenção às referências regionais, a fim de identificar padrões, parâmetros técnicos, critérios de atualização e modelos de organização compatíveis com a realidade alagoana. Com base nesse estudo, procedeu-se à sistematização da tabela em blocos temáticos, com o propósito de assegurar maior clareza, coerência interna, racionalidade técnica e facilidade de consulta.

A construção da minuta também contou com contribuições qualificadas de diferentes instâncias da advocacia alagoana, assegurando pluralidade de visões e legitimidade institucional ao processo. Participaram dessa etapa o Conselho da Jovem Advocacia, os Presidentes de Comissões temáticas, os Presidentes de Subseções, bem como entidades e associações representativas da classe, que trouxeram percepções técnicas, recortes regionais e demandas concretas das diversas áreas de atuação profissional. Esse modelo participativo permitiu consolidar uma proposta mais aderente à realidade da advocacia, contemplando tanto a perspectiva especializada quanto às particularidades territoriais e setoriais do Estado.

Como etapa final dessa fase preliminar, a minuta foi submetida à consulta pública pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, oportunizando a toda a advocacia alagoana o envio de sugestões por meio de formulário próprio. Encerrado o prazo, as contribuições recebidas serão analisadas e, quando pertinentes, incorporadas à versão final, a ser submetida ao Conselho Seccional da OAB/AL para apreciação e deliberação.

A OAB Alagoas reafirma, assim, seu compromisso com a transparência, a participação democrática e a valorização da advocacia, consolidando uma tabela de honorários atualizada, representativa e tecnicamente fundamentada.

# Recomendações à Advocacia Alagoana

Este documento foi estruturado com base nos índices médios e nos patamares mínimos adotados pela categoria, funcionando como um guia de referência para que a advogada e o advogado possam mensurar sua remuneração conforme a natureza e o grau de complexidade do trabalho jurídico realizado.

- 1 Utilize esta Tabela como referência mínima obrigatória para a contratação de honorários, observando a natureza e a complexidade do caso.
- 2 É recomendado sempre formalizar contrato de honorários previamente e por escrito, fixando valor, forma de pagamento, índice de reajuste de verba honorária e condições, inclusive para hipóteses de acordo.  
  
Inclua no contrato: **(a)** descrição dos serviços a serem prestados; **(b)** valor e forma de pagamento; **(c)** índice de reajuste; **(d)** condições para honorários variáveis; **(e)** responsabilidade por custas e despesas, devendo ser englobada a remuneração de profissionais correspondentes para o acompanhamento de precatórias ou a realização de atos em jurisdições diversas daquela onde corre a ação; **(f)** previsão para deslocamentos e substabelecimentos, de modo que, em se tratando de exigência de prestação de serviços fora da comarca de sede, é assegurada à advogada ou ao advogado a prerrogativa de realizar os atos profissionais de forma direta ou por meio de substabelecimento, recaindo sobre o cliente a obrigação de custear, sob prestação de contas, todos os gastos judiciais e extrajudiciais decorrentes.
- 3
- 4 É permitido contratar valores superiores aos da tabela. Na ausência de previsão de correção monetária, aplicar-se-á o INPC ao ano para parcelamentos ou inadimplementos, calculando-se o mencionado reajuste a partir do vencimento das parcelas contratadas. A mesma sistemática deverá ser adotada para o caso de inadimplemento, ainda que se cuide de parcela única a ser paga.
- 5 Nos casos em que houver valor percentual e valor fixo indicados na Tabela, entender-se-á o percentual como média de mercado e o valor fixo como mínimo a ser praticado pela classe.
- 6 Salvo estipulação diversa, pague-se um terço dos honorários no início do trabalho, outro terço até a decisão de 1ª instância e o restante ao final, conforme art. 22, § 3º, da Lei nº 8.906/1994.
- 7 Lembre-se: os honorários indicados compreendem apenas a atuação em 1ª instância. Recursos, sustentações orais e atuação em tribunais superiores devem ser contratados à parte, vez que constituem atos próprios.
- 8 A advocacia é atividade-meio, e não de resultado. Honorários são devidos independentemente de êxito, salvo ajuste expresso em contrário.
- 9 Os honorários de sucumbência pertencem exclusivamente ao advogado(a) vencedor(a), não podendo ser compensados com os contratuais.
- 10 Em caso de revogação de mandato sem culpa do profissional, os honorários serão devidos integralmente.
- 11 É recomendável cobrar pelo atendimento e consulta. O valor poderá ser abatido dos honorários contratados, a critério do profissional, se sobrevier a conseqüente prestação de serviços buscada.
- 12 O advogado ou advogada substabelecido(a) com reserva de poderes deverá ajustar sua remuneração com o substabelecente.
- 13 Salvo previsão expressa, honorários não incluem incidentes processuais ou procedimentos acessórios.

- 14 Em ações com condenação em prestações vencidas e vincendas, o percentual deverá ser calculado sobre o total vencido mais até 12 parcelas vincendas.
- 15 Demandas findas com a estipulação de acordos entre as partes não reduzem automaticamente os honorários contratados, salvo estipulação expressa.
- 16 Contratos que se tornem excessivamente onerosos à advogada ou advogado, por circunstâncias imprevisíveis, poderão ser revistos.
- 17 Para serviços não previstos na Tabela, cobre-se com equidade e moderação entre 10% e 30% do valor econômico, levando em consideração: **(a)** relevância; **(b)** complexidade; **(c)** tempo; **(d)** impedimentos; **(e)** valor da causa; **(f)** condição econômica do cliente; **(g)** caráter da intervenção; **(h)** local de prestação e renome profissional; **(i)** caráter da intervenção, conforme se trate de serviço a cliente avulso, habitual ou permanente; **(j)** o lugar da prestação dos serviços; **(k)** a praxe do foro sobre trabalhos análogos; entre outros.
- 18 Os valores desta Tabela de Honorários aprovada pela OAB-AL terão seus valores monetariamente atualizados e divulgados anualmente, sempre a partir de todos os dias 1º de abril, de acordo com a variação anual do índice INPC, ou por outro índice aprovado pelo Conselho Seccional.
- 19 A tabela deverá ser utilizada como referência para honorários da advocacia dativa.
- 20 Aos(as) advogados(as) empregados(as) ou associados(as) de escritórios de advocacia deve ser pago, mensalmente, a título de salário ou ajuda de custo (conforme o caso), o valor mínimo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), valor este a ser atualizado na mesma periodicidade da presente tabela pelo índice INPC, sem prejuízo de outras vantagens eventualmente ajustadas, como participações ou comissões nos lucros, verbas sucumbenciais auferidas pelo escritório, entre outros. Fica revogada toda e qualquer resolução ou estipulação em contrário até a data da presente tabela.
- 21 Casos omissos serão decididos pela Turma de Ética Profissional da OAB/AL, conforme o Código de Ética e o Regimento Interno da Seccional.

# Índice

## **Bloco 1 — Atos Transversais e Suporte à Advocacia**

- 1.1 Advocacia de Correspondência
- 1.2 Conciliação, Mediação e Arbitragem
- 1.3 Atuação em Juizados Especiais

## **Bloco 2 — Direito Privado**

- 2.1 Direito Civil
- 2.2 Direito de Família
- 2.3 Direito das Sucessões
- 2.4 Direito do Consumidor
- 2.5 Direito Imobiliário
- 2.6 Direito Registral e Notarial

## **Bloco 3 — Direito Trabalhista, Previdenciário e da Pessoa com Deficiência**

- 3.1 Direito do Trabalho
- 3.2 Direito Previdenciário
- 3.3 Direitos da Pessoa com Deficiência (PCD)

## **Bloco 4 — Direito Empresarial, Tributário e Econômico**

- 4.1 Direito Empresarial
- 4.2 Direito Digital
- 4.3 Propriedade Intelectual
- 4.4 Direito Tributário
- 4.5 Direito Agrário
- 4.6 Direito Ambiental

## **Bloco 5 — Direito Público e do Terceiro Setor**

- 5.1 Direito Administrativo
- 5.2 Direito Constitucional
- 5.3 Direito Eleitoral
- 5.4 Direito Internacional
- 5.5 Terceiro Setor

## **Bloco 6 — Direito Penal e Áreas Especiais**

6.1 Direito Penal

6.2 Direito Militar

6.3 Direito Médico e da Saúde

6.4 Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro

6.5 Direito Desportivo

6.6 Direito de Trânsito

**BLOCO 1 – ATOS TRANSVERSAIS E SUPORTE À ADVOCACIA****1.1 ADVOCACIA DE CORRESPONDÊNCIA****Protocolo de Ações e Despachos**

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.1.1	Protocolo em órgãos públicos ou serventias	R\$ 354,96	—
1.1.2	Emissão de guias de custas	R\$ 354,96	—
1.1.3	Distribuição de ações ou recursos	R\$ 354,96	—
1.1.4	Despacho de petição com autoridade	R\$ 709,92	—
1.1.5	Petição avulsa	R\$ 1.301,52	—
1.1.6	Entrega de memoriais	R\$ 709,92	—
1.1.7	Retirada de mandados / carta precatória	R\$ 473,28	—

**Audiências e Sustentações**

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.1.8	Audiência preliminar	R\$ 828,24	—
1.1.9	Audiência de conciliação	R\$ 828,24	—
1.1.10	Audiência de instrução e julgamento (Cível/Trabalhista)	R\$ 1.301,52	—
1.1.11	Audiência criminal preliminar	R\$ 1.064,88	—
1.1.12	Audiência criminal de instrução e julgamento	R\$ 1.379,61	—
1.1.13	Audiência no PROCON ou órgãos administrativos	R\$ 828,24	—
1.1.14	Sustentação oral	R\$ 2.366,40	—

**Obtenção de Documentos, Certidões, Consultas e Cargas Processuais**

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.1.15	Carga e envio de processos por correio	R\$ 354,96	—
1.1.16	Consulta de processo + relatório	R\$ 709,92	—
1.1.17	Obtenção de senha eletrônica	R\$ 354,96	—
1.1.18	Monitoramento processual mensal	R\$ 473,28	—
1.1.19	Conferência de autos	R\$ 473,28	—
1.1.20	Entrega de documentos	R\$ 236,64	—
1.1.21	Obtenção de cópias até 200 páginas	R\$ 354,96	—
1.1.22	Obtenção de cópias acima de 200 páginas	R\$ 709,92	—
1.1.23	Solicitação / retirada de certidões	R\$ 354,96	—

## Diligências e Acompanhamentos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.1.24	Diligências para impulsionar processos	R\$ 591,60	—
1.1.25	Diligência em delegacia	R\$ 709,92	—
1.1.26	Acompanhamento de cliente em órgão público / policial	R\$ 1.183,20	—
1.1.27	Diligência para expedição de alvará	R\$ 709,92	—
1.1.28	Outras diligências	R\$ 354,96	—
1.1.29	Exame de documentos em repartições públicas	R\$ 709,92	—
1.1.30	Exame de documentos judiciais	R\$ 946,56	—
1.1.31	Assistência em escritura pública	R\$ 1.656,48	—
1.1.32	Acompanhamento de perícia (administrativa / judicial / extrajudicial)	R\$ 1.183,20	—
1.1.33	Plantão judicial (ato presencial)	R\$ 1.183,20	—
1.1.34	Acompanhamento oficial de justiça	R\$ 473,28	—
1.1.35	Acompanhamento em Leilão judicial	R\$ 1.419,84	—
1.1.35	Acompanhamento em Leilão extrajudicial	R\$ 1.419,84	—
1.1.36	Acompanhamento no MP	R\$ 709,92	—
1.1.37	Acompanhamento de testemunha	R\$ 1.419,84	—
1.1.38	Acompanhamento Hospital / emergência	R\$ 946,56	—
1.1.39	Viagem fora do estado (diária mínima)	R\$ 1.656,48	—
1.1.40	Deslocamento (por km)	R\$ 2,37	—

*Nota explicativa:* Os valores de referência para diligências e correspondências são mínimos e obrigatórios, sendo facultado ao advogado contratar valores superiores, conforme a complexidade e a dignidade da profissão (Art. 36 do CED). É considerada aviltante e passível de fiscalização a prática de valores abaixo destes limites.

*Nota explicativa:* É permitido às partes dispor, em contrato escrito, de um valor fixo mensal para a prestação de serviços de correspondência, independentemente do volume de atos realizados no período.

*Nota explicativa:* Diárias profissionais, despesas de viagem, transporte, alimentação e estadia não integram os honorários. Devem ser antecipadas pelo constituinte no equivalente mínimo de duas diárias, além do valor pactuado pelo serviço técnico.

## 1.2 CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

### Mediadores e Conciliadores (Advogados) – Por hora trabalhada

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.2.1	Nas demandas cujo valor do patrimônio seja de R\$1,00 até R\$100.000,00/(mínimo de 6 horas)	R\$ 236,64	—
1.2.2	Nas demandas cujo valor do patrimônio seja de R\$100.001,00 até R\$1.000.000,00/(mínimo de 8 horas)	R\$ 473,28	—
1.2.3	Nas demandas cujo valor do patrimônio seja de R\$1.000.001,00 até R\$2.000.000,00/(mínimo de 10 horas)	R\$ 709,92	—
1.2.4	Nas demandas cujo valor do patrimônio seja de R\$2.000.001,00 até R\$10.000.000,00/(mínimo de 20 horas)	R\$ 1.183,20	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.2.5	Nas demandas cujo valor do patrimônio seja acima de R\$10.000.000,00	R\$ 1.656,48	—

*Nota explicativa:* Nos itens 1.2.1 a 1.2.5, a remuneração por hora trabalhada deve respeitar o tempo mínimo de dedicação previsto para cada faixa de valor patrimonial.

### Árbitros (Advogados) – Honorário fixo + percentual

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.2.6	Nas demandas cujo valor do patrimônio seja de R\$1,00 até R\$100.000,00	R\$ 1.893,12	5%
1.2.7	Nas demandas cujo valor do patrimônio seja de R\$100.001,00 até R\$2.000.000,00	R\$ 4.732,80	3%
1.2.8	Nas demandas cujo valor do patrimônio seja acima de R\$2.000.001,00	R\$ 61.526,40	2%

*Nota explicativa:* Para os itens 1.2.6 a 1.2.8, os honorários incluem um valor fixo mínimo e um percentual sobre o valor do patrimônio em disputa. Este percentual é aplicado sobre o montante total, garantindo uma remuneração justa conforme a complexidade e o valor envolvido.

## 1.3 ATUAÇÃO EM JUIZADOS ESPECIAIS

### Juizado Especial Cível (JEC)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.3.1	Patrocínio promovente (Cobrança Mista)	R\$ 1.656,48	20% da condenação/acordo
1.3.2	Contrato a êxito (risco assumido pelo advogado)	R\$ 1.183,20	30% da condenação/acordo
1.3.3	Consulta específica para causa JEC	R\$ 260,30	—
1.3.4	Ajuizamento de ação – até 20 salários-mínimos	R\$ 1.656,48	20% a 30%
1.3.5	Ajuizamento de ação – até 40 salários-mínimos ou matéria complexa	R\$ 1.893,12	20% a 30%
1.3.6	Contestação / defesa no JEC	R\$ 1.656,48	20% a 30%
1.3.7	Audiência de conciliação	R\$ 946,56	—
1.3.8	Audiência UNA / AIJ	R\$ 1.419,84	—
1.3.9	Recurso Inominado	R\$ 2.366,40	—
1.3.10	Contrarrazões ao Recurso Inominado	R\$ 2.366,40	—
1.3.11	Cumprimento de sentença – fase interna	R\$ 946,56	10% a 20%
1.3.12	Acordo extrajudicial submetido ao JEC	R\$ 946,56	10% a 20%
1.3.13	Recurso Extraordinário	R\$ 5.916,00	—
1.3.14	Contrarrazões em Recurso Extraordinário	R\$ 5.916,00	—
1.3.15	Reclamação perante o STJ	R\$ 2.839,68	—
1.3.16	Impugnação ao Cumprimento de Sentença	R\$ 1.656,48	—
1.3.17	Sustentação Oral	R\$ 1.656,48	—

### Juizado Especial Criminal (JECRIM)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.3.18	Acompanhamento de todo o processo em caso de denúncia	R\$ 4.022,88	—
1.3.19	Acompanhamento em TCO + audiência preliminar	R\$ 1.893,12	—
1.3.20	Negociação e acompanhamento da transação penal	R\$ 2.129,76	—
1.3.21	Suspensão condicional do processo – acompanhamento	R\$ 2.839,68	—
1.3.22	Audiência de conciliação	R\$ 946,56	—
1.3.23	Audiência de instrução e julgamento	R\$ 1.656,48	—
1.3.24	Recurso (apelação) no âmbito do JECRIM	R\$ 2.366,40	—
1.3.25	Contrarrazões em Recurso JECRIM	R\$ 2.366,40	—
1.3.26	Sustentação Oral	R\$ 1.656,48	—

### Juizado da Fazenda Pública

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.3.27	Ajuizamento de ação no Juizado da Fazenda Pública	R\$ 2.366,40	20% a 30%
1.3.28	Contestação / defesa em Juizado da Fazenda	R\$ 1.656,48	—
1.3.29	Audiência designada no Juizado da Fazenda	R\$ 1.419,84	—
1.3.30	Recurso Inominado – Fazenda Pública	R\$ 2.366,40	—
1.3.31	Contrarrazões – Fazenda Pública	R\$ 2.366,40	—
1.3.32	Cumprimento de sentença com proveito econômico relevante	R\$ 1.656,48	10% a 20%
1.3.33	Recurso contra decisão que nega liminar ou de caráter urgente	R\$ 2.839,68	20%

### Demandas previdenciárias nos Juizados Especiais (Estadual ou Federal)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.3.36	Audiência de conciliação	R\$ 236,64	—
1.3.37	Audiência UNA / Instrução e Julgamento	R\$ 236,64	—
1.3.38	Embargos ou impugnações	R\$ 2.366,40	—
1.3.39	Recurso Inominado	R\$ 3.549,60	—
1.3.40	Contrarrazões ao Recurso Inominado	R\$ 3.549,60	—
1.3.41	Sustentação Oral	R\$ 473,28	—
1.3.42	Atuação a partir do cumprimento de sentença (fase interna)	R\$ 3.549,60	15% a 20% do proveito econômico
1.3.43	Recurso Extraordinário	R\$ 2.366,40	—
1.3.44	Contrarrazões em Recurso Extraordinário	R\$ 2.366,40	—
1.3.45	Reclamação perante o STJ	R\$ 2.366,40	—
1.3.46	Incidente de Uniformização de Jurisprudência perante o STJ	R\$ 2.366,40	—
1.3.47	Pedido de Uniformização de Jurisprudência perante a TNU	R\$ 2.366,40	—
1.3.48	Pedido de Uniformização de Jurisprudência perante a TRU	R\$ 2.366,40	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
1.3.49	Mandado de Segurança	R\$ 2.366,40	—

## BLOCO 2 — DIREITO PRIVADO

### 2.1 DIREITO CIVIL

#### Consultas e Pareceres

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.1.1	Consulta presencial/virtual	R\$ 260,30	—
2.1.2	Parecer técnico cível	R\$ 1.557,09	—
2.1.3	Análise contratual completa	R\$ 1.244,73	—
2.1.4	Contratos em geral (minuta de contrato ou documento)	R\$ 1.893,12	—

#### Ações Cíveis em 1º Grau

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.1.05	Ação de cobrança – advogado do requerente	R\$ 2.366,40	20% do valor do crédito
2.1.06	Ação de cobrança – representação do devedor	R\$ 2.366,40	10% do proveito econômico
2.1.07	Ação monitória	R\$ 2.366,40	20% do valor do passivo
2.1.08	Ação de indenização dano moral/material	R\$ 2.366,40	20% sobre a condenação
2.1.09	Obrigação de fazer / não fazer	R\$ 2.366,40	20% sobre a condenação
2.1.10	Ação revisional de contrato	R\$ 2.366,40	20% sobre a condenação
2.1.11	Tutelas de urgência (autônoma)	R\$ 3.114,18	20% sobre o proveito econômico
2.1.12	Ação declaratória de inexistência de débito	R\$ 3.549,60	10% a 20% sobre a condenação ou proveito econômico
2.1.13	Embargos à execução (cível)	R\$ 4.259,52	10% a 20% do valor do débito/benefício econômico
2.1.14	Medidas cautelares (inominadas/diversas)	R\$ 4.732,80	20% sobre o proveito econômico
2.1.15	Ação cautelar em 1º grau	R\$ 2.366,40	20% sobre o proveito econômico
2.1.16	Ação cautelar em 2º grau	R\$ 3.549,60	20% sobre o proveito econômico
2.1.17	Contestação	R\$ 2.366,40	20% do proveito econômico
2.1.18	Intervenção de terceiros	R\$ 3.786,24	10% do proveito econômico

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.1.19	Substituição processual	R\$ 5.916,00	—

### Sustentação Oral

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.1.20	Sustentação oral no Tribunal de Justiça de Alagoas	R\$ 3.549,60	—
2.1.21	Sustentação oral no STJ	R\$ 5.916,00	—
2.1.22	Sustentação oral no STF	R\$ 8.282,40	—

### Consignação, Depósito, Substituição de Título e Prestação de Contas

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.1.23	Consignação extrajudicial	R\$ 4.022,88	10% a 20% sobre o valor consignado / dívida discutida
2.1.24	Consignação judicial, depósito, anulação de título, prestação de contas	R\$ 4.022,88	10% a 20% sobre o valor discutido / créditos apurados

### Atuação perante os Tribunais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.1.25	Apelação	R\$ 9.465,60	20% sobre o proveito econômico obtido na instância recursal
2.1.26	Contrarrazões	R\$ 4.732,80	20% sobre o proveito econômico (manutenção da decisão favorável)
2.1.27	Sustentação oral + memoriais	R\$ 4.732,80	—
2.1.28	Recurso adesivo	R\$ 3.549,60	20% sobre o proveito econômico acrescido
2.1.29	Agravo regimental/interno	R\$ 2.366,40	—
2.1.30	Ação rescisória	R\$ 11.832,00	20% sobre o proveito econômico
2.1.31	Pedido de correção parcial	R\$ 2.366,40	—
2.1.32	Exceção de suspeição/impedimento	R\$ 2.366,40	—
2.1.33	Agravo de instrumento	R\$ 3.549,60	—
2.1.34	Embargos infringentes	R\$ 2.366,40	—
2.1.35	Embargos de declaração	R\$ 2.366,40	—
2.1.36	Suspensão de segurança	R\$ 7.099,20	—
2.1.37	Medidas cautelares (originárias)	R\$ 7.099,20	—
2.1.38	Embargos de divergência	R\$ 2.366,40	—
2.1.39	REsp e RExt	R\$ 9.465,60	20% sobre o proveito econômico

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.1.40	Embargos à execução	R\$ 2.366,40	10% a 20% do valor executado / benefício econômico
2.1.41	Embargos de terceiros	R\$ 4.732,80	20% sobre o valor defendido / liberado
2.1.42	Agravo para subida de REsp e REExt	R\$ 4.732,80	—
2.1.43	Amicus curiae	R\$ 7.099,20	—
2.1.44	Recursos e ações originárias diversas	R\$ 7.099,20	—

*Nota explicativa: Os honorários para fase de conhecimento não incluem cumprimento de sentença ou execução. Se o advogado atuar nas duas frentes, os valores devem ser somados.*

## 2.2 DIREITO DE FAMÍLIA

### Consultas e Atos Pré-Processuais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.2.1	Consulta (1h)	R\$ 260,30	—
2.2.2	Hora excedente	R\$ 153,82	—
2.2.3	Audiência CEJUSC	R\$ 622,36	—
2.2.4	Acordo pré-processual	R\$ 1.557,09	20% sobre o valor acordado

### Instrumentos Processuais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.2.5	Tutela de urgência	R\$ 3.632,42	10% a 20% sobre o proveito econômico
2.2.6	Cumprimento de sentença	R\$ 5.189,52	10% sobre o valor executado / benefício econômico
2.2.7	Impugnação ao cumprimento de sentença	R\$ 5.189,52	10% sobre a redução ou exclusão obtida
2.2.8	Alvará / ofícios / mandados	R\$ 3.312,96	—

### Divórcios e Dissoluções

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.2.9	Divórcio consensual – com bens	R\$ 8.301,33	10% sobre o valor dos bens partilhados (quinhão do cliente)
2.2.10	Divórcio consensual – sem bens	R\$ 4.668,91	10% sobre eventual pensão/proveito econômico
2.2.11	Divórcio litigioso – com bens	R\$ 15.566,18	10% sobre o valor dos bens partilhados (quinhão do cliente)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.2.12	Divórcio litigioso – sem bens	R\$ 5.189,52	-
2.2.13	Conversão de separação em divórcio (consensual)	R\$ 6.152,64	6% sobre o patrimônio partilhado (quando houver)
2.2.14	Conversão em divórcio litigioso	R\$ 10.648,80	10% sobre o patrimônio partilhado (quando houver)
2.2.15	Anulação de casamento	R\$ 11.595,36	6% sobre o patrimônio / efeitos patrimoniais discutidos
2.2.16	Dissolução de união estável consensual	R\$ 4.022,88	6% sobre os bens partilhados (quando houver)
2.2.17	Dissolução de união estável litigiosa	R\$ 12.541,92	6% sobre os bens partilhados (quando houver)

### Alimentos, Guarda e Filiação

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.2.18	Investigatória/negatória de paternidade	R\$ 6.226,00	-
2.2.19	Alimentos (ação)	R\$ 5.189,52	12% sobre o valor anual da pensão fixada
2.2.20	Revisional/exoneração de alimentos	R\$ 5.189,52	12% sobre a diferença anual (aumento ou economia)
2.2.21	Guarda / convivência	R\$ 7.783,09	-
2.2.22	Regulamentação de convivência familiar	R\$ 4.732,80	-
2.2.23	Investigação de paternidade post mortem	R\$ 7.099,20	-
2.2.24	Adoção	R\$ 6.152,64	-
2.2.25	Emancipação / suprimento	R\$ 3.312,96	-
2.2.26	Outorga judicial de consentimento	R\$ 4.022,88	-

### Interdição, Tutela e Curatela

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.2.27	Ação de interdição	R\$ 6.389,28	-
2.2.28	Ação de tutela	R\$ 6.389,28	-
2.2.29	Ação de curatela	R\$ 6.389,28	-

*Nota explicativa: Em ações com partilha, os percentuais incidem sobre o valor bruto do quinhão, meação ou legado destinado ao cliente, independentemente do valor atribuído à causa.*

## 2.3 DIREITO DAS SUCESSÕES

### Inventários e Partilhas

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.3.1	Inventário (espólio)	R\$ 7.099,20	10% sobre o monte partilhável / quinhão do cliente
2.3.2	Inventário (herdeiro)	R\$ 7.099,20	10% sobre o quinhão do herdeiro representado
2.3.3	Inventário – usufrutuário	R\$ 4.732,80	5% sobre o valor do usufruto
2.3.4	Inventário dativo/testamenteiro	R\$ 4.732,80	10% sobre o monte partilhável ou percentual fixado judicialmente
2.3.5	Habilitação de crédito em inventário/arrolamento	R\$ 4.732,80	10% sobre o crédito habilitado
2.3.6	Testamento – apresentação/registro	R\$ 4.732,80	-
2.3.7	Minuta de testamento / assistência ao ato	R\$ 3.549,60	-
2.3.8	Anulação de testamento	R\$ 7.099,20	10% sobre o valor da herança discutida
2.3.9	Indignidade / deserdação	R\$ 5.916,00	20% sobre o valor da herança ou quinhão atingido
2.3.10	Petição de herança	R\$ 5.916,00	10% sobre o valor do quinhão reconhecido
2.3.11	Anulação de partilha	R\$ 4.732,80	10% sobre a diferença patrimonial obtida
2.3.12	Sobrepartilha	R\$ 4.732,80	10% sobre o valor dos bens sobrepartilhados
2.3.13	Subrogação	R\$ 4.732,80	Metade do percentual relativo ao inventário, calculado sobre o valor do bem
2.3.14	Extinção de usufruto ou fideicomisso	R\$ 4.732,80	-
2.3.15	Alienação, arrendamento ou oneração de bens	R\$ 4.732,80	5% sobre o valor do negócio

## 2.4 DIREITO DO CONSUMIDOR

### Ações Individuais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.4.1	Reclamação no PROCON	R\$ 2.593,57	30%–50% sobre o valor da condenação, acordo ou economia obtida
2.4.2	Defesa de fornecedor no PROCON	R\$ 6.017,76	30%–50% sobre a economia obtida / redução de condenação
2.4.3	Representações ANS/ANATEL/BACEN/SUSEP	R\$ 6.744,24	—
2.4.4	Negociação extrajudicial	R\$ 3.632,42	30%–50% sobre o valor acordado / economia

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.4.5	Resposta a PROCON	R\$ 3.114,18	—
2.4.6	Parecer técnico CDC	R\$ 4.150,67	—
2.4.7	Revisão contratual de consumo	R\$ 3.632,42	30%–50% sobre a economia obtida
2.4.8	Termo de uso / Política de atendimento	R\$ 5.189,52	—
2.4.9	Indenização por vício/fato	R\$ 6.017,76	30%–50% sobre a condenação/proveito econômico
2.4.10	Nulidade de cláusula abusiva	R\$ 6.017,76	30%–50% sobre a condenação/proveito econômico
2.4.11	Revisional consumerista	R\$ 6.744,24	30%–50% sobre a economia obtida
2.4.12	Publicidade enganosa	R\$ 6.017,76	30%–50% sobre a condenação/proveito econômico
2.4.13	Obrigação de fazer/serviços essenciais	R\$ 6.744,24	30%–50% sobre a condenação/proveito econômico
2.4.14	Repetição de indébito	R\$ 6.017,76	30%–50% sobre os valores restituídos
2.4.15	Restituição	R\$ 6.017,76	30%–50% sobre os valores restituídos
2.4.16	Exibição de documentos	R\$ 3.114,18	30%–50% sobre o proveito obtido (quando houver condenação em obrigação de fazer + indenização)
2.4.17	Defesa de fornecedor (judicial)	R\$ 10.168,42	30%–50% sobre a redução ou afastamento da condenação
2.4.18	Cumprimento de sentença	R\$ 4.150,67	30%–50% sobre o valor executado
2.4.19	Impugnação ao cumprimento	R\$ 5.189,52	30%–50% sobre a redução do débito
2.4.20	Embargos à execução/monitória	R\$ 6.226,00	30%–50% sobre a redução do valor exigido
2.4.21	Pedido de tutela de urgência	R\$ 2.593,57	—
2.4.22	Ação monitória	R\$ 6.017,76	30%–50% sobre o valor recebido
2.4.23	Produção antecipada de provas	R\$ 4.150,67	30%–50% sobre o proveito decorrente do uso da prova
2.4.24	Cancelamento de negativação	R\$ 6.017,76	30%–50% sobre a condenação por danos morais/proveito econômico

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.4.25	Obrigação de fazer contra bancos/planos	R\$ 6.744,24	30%–50% sobre a condenação ou economia
2.4.26	Revisão contratual bancária	R\$ 4.732,80	30%–50% sobre a economia obtida
2.4.27	Inexistência de débito c/c danos morais	R\$ 5.206,08	30%–50% sobre a condenação/proveito econômico
2.4.28	Apelação / Recurso inominado	R\$ 5.189,52	30%–50% sobre o acréscimo de condenação ou manutenção da vantagem
2.4.29	Contrarrazões	R\$ 3.632,42	30%–50% sobre a manutenção da vantagem obtida
2.4.30	Agravo (instrumento/interno)	R\$ 4.150,67	—
2.4.31	Recurso Especial / Recurso Extraordinário	R\$ 8.301,33	—
2.4.32	Execução provisória/definitiva	R\$ 4.150,67	30%–50% sobre o valor executado
2.4.33	Cumprimento de acordo homologado	R\$ 2.075,33	30%–50% sobre o valor efetivamente recebido

*Nota explicativa:* Nos itens acima, o percentual incide sobre o proveito econômico ou condenação, conforme o caso. Para acordos extrajudiciais, aplica-se 30%–50% sobre o valor acordado. Os honorários de êxito não excluem os honorários iniciais (pro labore).

## 2.5 DIREITO IMOBILIÁRIO

### Consultoria Imobiliária e Condominial

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.5.1	Elaboração de convenção de condomínio e regimento interno, por unidade autônoma	R\$ 2.366,40	—
2.5.2	Extinção de condomínio (Consultoria/Extrajudicial)	R\$ 6.389,28	10% sobre o valor do quinhão
2.5.3	Elaboração de notificação extrajudicial (condomínio, etc.)	R\$ 1.183,20	—
2.5.4	Elaboração de minuta de distrato	R\$ 4.732,80	10% sobre o valor do contrato distratado
2.5.5	Participação e assessoria em Assembleia	R\$ 7.099,20	—

### Loteamento e Incorporação

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.5.7	Consultoria para aprovação de Loteamentos	R\$ 16.564,80	—
2.5.8	Desenvolvimento dos atos: memorial descritivo e convenção (Loteamento)	R\$ 16.564,80	—
2.5.9	Registro de Memorial do Loteamento	R\$ 9.465,60	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.5.10	Consultoria para aprovação de Incorporação Imobiliária	R\$ 18.931,20	—
2.5.11	Desenvolvimento dos atos: memorial descritivo e convenção (Incorporação)	R\$ 18.931,20	—
2.5.12	Apresentação e acompanhamento para registro (Incorporação)	R\$ 9.465,60	—

### Procedimentos Judiciais e/ou Administrativos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.5.13	Procedimento Ordinário	R\$ 7.099,20	10% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
2.5.14	Procedimento Sumário	R\$ 4.732,80	10% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
2.5.15	Ações possessórias	R\$ 7.099,20	5% sobre o valor do bem imóvel
2.5.16	Interdito proibitório – Manutenção – Reintegração	R\$ 7.099,20	10% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
2.5.17	Nunciação de obra nova	R\$ 4.732,80	10% sobre o valor da obra ou prejuízo evitado
2.5.18	Usucapião judicial	R\$ 11.832,00	10% sobre o valor do imóvel
2.5.19	Usucapião Administrativo	R\$ 9.465,60	10% sobre o valor do imóvel
2.5.20	Ação de divisão e demarcação (judicial ou administrativo)	R\$ 7.099,20	10% sobre o valor do imóvel ou área demarcada
2.5.21	Embargos de terceiros (imóvel penhorado judicialmente)	R\$ 8.282,40	10% sobre o valor do imóvel ou proveito econômico
2.5.22	Desapropriação Direta ou Indireta	R\$ 9.465,60	10% sobre o valor da indenização ou proveito econômico
2.5.23	Ação de retificação de registro público	R\$ 7.099,20	10% sobre o valor do imóvel
2.5.24	Ação de retificação de área	R\$ 9.465,60	10% sobre o valor da área retificada
2.5.25	Ação de despejo	R\$ 8.282,40	10% a 20% sobre o valor dos aluguéis em atraso ou acordo
2.5.26	Ação Renovatória de locação	R\$ 8.282,40	10% a 20% sobre o valor do contrato renovado
2.5.27	Ação de revisão de aluguel	R\$ 8.282,40	10% a 20% sobre a diferença de aluguéis reduzidos ou aumentados

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.5.28	Ação de consignação de aluguel	R\$ 7.099,20	10% a 20% sobre o valor consignado ou acordo
2.5.29	Ação de acompanhamento de despejo/Reintegração	R\$ 2.366,40	10% sobre o valor do imóvel ou proveito econômico
2.5.30	Ação de revisão de contrato de financiamento imobiliário	R\$ 11.832,00	10% sobre a redução ou proveito econômico obtido
2.5.31	Ação anulatória de contrato de financiamento imobiliário	R\$ 11.832,00	10% sobre o valor do contrato anulado
2.5.32	Ação de distrato de contrato de promessa de compra e venda de imóvel	R\$ 9.465,60	10% sobre o valor devolvido ou proveito econômico
2.5.33	Registro Torrens	R\$ 3.549,60	—

*Nota explicativa: Os honorários para ações imobiliárias incidem sobre o valor do imóvel, da condenação ou do proveito econômico obtido, conforme o caso. As despesas de viagem, hospedagem e alimentação não estão incluídas nos honorários e devem ser acordadas separadamente.*

## 2.6 DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
2.6.1	Registro/averbações	R\$ 1.557,09	—
2.6.2	Retificação administrativa	R\$ 2.075,33	—
2.6.3	Ação de retificação de registro público	R\$ 4.732,80	10% sobre o valor do imóvel
2.6.4	Ação de retificação de área	R\$ 5.916,00	15% sobre o valor da área retificada
2.6.5	Regularização de matrícula	R\$ 2.593,57	—
2.6.6	Unificação/desmembramento	R\$ 3.114,18	—
2.6.7	Minuta de escritura	R\$ 1.244,73	—
2.6.8	Ata notarial	R\$ 1.038,85	—
2.6.9	Acompanhamento de escritura	R\$ 1.557,09	—
2.6.10	Consultoria REURB (Regularização Fundiária Urbana)	R\$ 8.301,33	—
2.6.11	Processo completo REURB	R\$ 15.566,18	—
2.6.12	Impugnações REURB	R\$ 4.150,67	—
2.6.13	Ação de nulidade de escritura	R\$ 5.206,08	20% sobre o valor do imóvel ou proveito econômico
2.6.14	Cancelamento de hipoteca/alienação fiduciária	R\$ 4.732,80	10% sobre o valor do imóvel ou dívida cancelada
2.6.15	Registro Torrens	R\$ 3.549,60	—

## BLOCO 3 – DIREITO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

### 3.1 DIREITO DO TRABALHO

#### Reclamações Trabalhistas

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.1	Reclamação – rito sumário ou sumaríssimo	R\$ 1.867,09	20% a 30% sobre o proveito econômico bruto
3.1.2	Reclamação – rito ordinário	R\$ 1.867,09	20% a 30% sobre o proveito econômico bruto
3.1.3	Ação envolvendo trabalho doméstico	R\$ 2.593,57	20% a 30% sobre o proveito econômico bruto
3.1.4	Ação de reintegração trabalhista	R\$ 2.366,40	20% sobre o proveito econômico bruto

#### Ações Trabalhistas

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.5	Ação rescisória trabalhista	R\$ 5.291,27	20% sobre o proveito econômico bruto
3.1.6	Mandado de segurança trabalhista	R\$ 3.838,30	20% sobre o proveito econômico bruto
3.1.7	Ação coletiva sindical	R\$ 10.376,66	10% a 20% sobre o proveito econômico bruto coletivo
3.1.8	Ação de cumprimento de convenção coletiva	R\$ 3.786,24	20% sobre o proveito econômico bruto
3.1.9	Ação de anulação de ato administrativo trabalhista	R\$ 4.732,80	20% sobre o proveito econômico bruto
3.1.10	Ação anulatória trabalhista	R\$ 4.150,67	20% sobre o proveito econômico bruto
3.1.11	Ação de indenização por acidente/doença ocupacional	R\$ 3.632,42	20% a 30% sobre o proveito econômico bruto

#### Defesas Trabalhistas

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.12	Defesa trabalhista – rito sumário ou sumaríssimo	R\$ 2.387,70	20% sobre o proveito econômico (redução ou afastamento do passivo/condenação)
3.1.13	Defesa trabalhista – rito ordinário	R\$ 2.387,70	20% sobre o proveito econômico (redução ou afastamento do passivo/condenação)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.14	Contestação	R\$ 2.839,68	20% a 30% sobre o proveito econômico (redução ou afastamento do passivo/condenação)
3.1.15	Reconvenção	R\$ 1.661,21	20% sobre o proveito econômico bruto obtido na reconvenção
3.1.16	Exceção de incompetência territorial	R\$ 1.762,97	10% sobre o proveito econômico (custos/ônus evitados)
3.1.17	Ação de consignação em pagamento (defesa)	R\$ 2.593,57	30% sobre o valor do passivo reduzido ou extinto

### Inquéritos Judiciais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.18	Inquérito para apuração de falta grave (Empregador)	R\$ 4.254,79	—
3.1.19	Inquérito para apuração de falta grave (Defesa Empregado)	R\$ 4.254,79	—

### Incidentes Processuais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.20	Exceção de pré-executividade	R\$ 3.632,42	20% sobre o valor do débito desconstituído ou reduzido
3.1.21	Embargos de declaração – 1º grau	R\$ 1.661,21	—
3.1.22	Embargos de declaração – 2º grau	R\$ 2.179,45	—
3.1.23	Embargos de terceiro (avulso)	R\$ 3.632,42	10% sobre o valor do bem ou direito defendido/liberado

### Recursos e Instâncias Superiores

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.24	Recurso ordinário – RO	R\$ 3.320,06	20% sobre o proveito econômico em grau recursal
3.1.25	Recurso de revista – RR	R\$ 4.046,54	20% sobre o proveito econômico em grau recursal
3.1.26	Agravo de instrumento – RR (TST)	R\$ 3.320,06	10% sobre o proveito econômico em grau recursal
3.1.27	Agravo de petição – AP	R\$ 3.838,30	10% sobre o proveito econômico em fase de execução

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.28	Agravo de instr. em RO ou AP	R\$ 3.320,06	20% sobre o proveito econômico do recurso principal
3.1.29	Embargos – TST/STF	R\$ 3.838,30	10% sobre o proveito econômico obtido ou mantido
3.1.30	Agravo regimental	R\$ 5.291,27	20% sobre o proveito econômico obtido ou mantido
3.1.31	Recurso de embargos – TST	R\$ 5.291,27	20% sobre o proveito econômico obtido ou mantido
3.1.32	Recurso extraordinário – STF	R\$ 4.730,43	20% sobre o proveito econômico obtido ou mantido

### Execução Trabalhista

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.33	Promover execução	R\$ 3.320,06	15% do benefício econômico obtido (valor efetivamente executado/recebido)
3.1.34	Embargos (execução/devedor/penhora)	R\$ 3.788,61	15% do valor impugnado, ou mínimo de 10% do valor exequendo total
3.1.35	Alvará Judicial para levantamento de depósito judicial	R\$ 2.179,45	15% sobre o valor levantado

### Atos Avulsos Judiciais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.36	Audiência UNA / AIJ	R\$ 2.839,68	—
3.1.37	Audiência no MPT	R\$ 2.839,68	—
3.1.38	Sustentação oral no TRT	R\$ 2.839,68	—
3.1.39	Sustentação oral no TST	R\$ 11.832,00	—
3.1.40	Acompanhamento de perícia judicial	R\$ 1.893,12	—
3.1.41	Preparação de testemunha	R\$ 1.419,84	—
3.1.42	Despacho presencial com magistrado	R\$ 1.419,84	—
3.1.43	Extração de certidão judicial	R\$ 1.038,85	—
3.1.44	Carga e devolução de processos	R\$ 518,24	—

### Atos Avulsos Extrajudiciais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.45	Conciliação extrajudicial	R\$ 1.183,20	20% sobre o valor do acordo
3.1.46	Homologação de acordo extrajudicial (Extrajudicial)	R\$ 1.419,84	20% a 30% sobre o valor do acordo
3.1.47	Arbitragem trabalhista	R\$ 1.419,84	20% sobre o valor do acordo ou do proveito econômico
3.1.48	Audiência pré-processual CEJUSC	R\$ 1.419,84	15% sobre o valor do acordo
3.1.49	Homologação de rescisão contratual	R\$ 2.387,70	—
3.1.50	Mesa redonda na SRT	R\$ 1.893,12	—
3.1.51	Alvará judicial – FGTS	R\$ 1.452,97	20% a 30% sobre o valor liberado
3.1.52	Alvará judicial – seguro desemprego	R\$ 1.867,09	20% a 30% sobre o valor liberado

### Negociações e Dissídios Coletivos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.53	Ação Coletiva Sindical (em Reclamação)	R\$ 10.376,66	10% a 20% sobre o proveito econômico coletivo
3.1.54	Negociação/Dissídio – Representando empregados – até 200	R\$ 11.122,08	10% sobre o proveito econômico coletivo
3.1.55	Negociação/Dissídio – Representando empregados – acima 200	R\$ 16.564,80	10% sobre o proveito econômico coletivo
3.1.56	Negociação/Dissídio – Representando empresas – até 200	R\$ 13.015,20	10% sobre o proveito econômico coletivo
3.1.57	Negociação/Dissídio – Representando empresas – acima 200	R\$ 18.931,20	10% sobre o proveito econômico coletivo
3.1.58	Negociação/Dissídio – Sindicato empresas – até 10	R\$ 16.564,80	10% sobre o proveito econômico coletivo
3.1.59	Negociação/Dissídio – Sindicato empresas – acima 10	R\$ 21.297,60	10% sobre o proveito econômico coletivo

### Consultoria Trabalhista

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.60	Consultoria mensal – microempresa	R\$ 2.593,57	—
3.1.61	Consultoria mensal – pequena empresa	R\$ 4.150,67	—
3.1.62	Consultoria mensal – média empresa	R\$ 6.226,00	—
3.1.63	Consultoria mensal – grande empresa	R\$ 10.376,66	—
3.1.64	Assessoria mensal para Sindicato de Empregados – até 200 associados	R\$ 5.916,00	—
3.1.65	Assessoria mensal para Sindicato de Empregados – 200 a 1.000 assoc.	R\$ 7.099,20	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.66	Assessoria mensal para Sindicato de Empregados – acima de 1.000	R\$ 9.465,60	—
3.1.67	Assessoria mensal para Sindicato de Empregadores – 1 até 10 assoc.	R\$ 7.099,20	—
3.1.68	Assessoria mensal para Sindicato de Empregadores – mais de 10 assoc.	R\$ 10.648,80	—
3.1.69	Assessoria mensal com qualquer número de Sindicatos	R\$ 14.198,40	—
3.1.70	Consultoria por hora – em horário comercial (8h às 18h)	R\$ 236,64	—
3.1.71	Consulta Advocatícia por hora – fora do horário comercial	R\$ 354,96	—

### Compliance, Assédio e LGPD Trabalhista

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.1.80	Programa de prevenção ao assédio	R\$ 7.264,85	—
3.1.81	Auditoria trabalhista completa	R\$ 8.301,33	—
3.1.82	LGPD trabalhista – adequação	R\$ 10.376,66	—
3.1.83	Assessoria estratégica em CIPA / SIPAT	R\$ 3.114,18	—

## 3.2 DIREITO PREVIDENCIÁRIO

### Consultas e Pareceres

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.2.1	Consulta presencial ou virtual	R\$ 260,30	—
3.2.2	Parecer jurídico previdenciário (PF ou RPPS)	R\$ 4.732,80	—
3.2.3	Planejamento Previdenciário (Parecer + Cálculos)	R\$ 5.916,00	—
3.2.4	Cálculo avulso (Tempo de contribuição e RMI)	R\$ 1.183,20	—

### Atos Administrativos no INSS

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.2.5	Requerimento de benefício em fase administrativa	R\$ 709,92	—
3.2.6	Concessão, revisão ou restabelecimento de aposentadorias programadas em geral, auxílio reclusão, auxílio acidente, pensão por morte, benefícios assistenciais-BPC e outros não listados.	R\$ 5.679,36	30% do proveito econômico
3.2.7	Defesa administrativa (manutenção de benefício)	R\$ 3.786,24	30% do proveito econômico
3.2.8	Retificação e atualização de CNIS	R\$ 3.076,32	—
3.2.9	Solicitação e expedição de CTC	R\$ 3.076,32	—
3.2.10	Recurso Administrativo – 1ª Instância	R\$ 3.549,60	30% do proveito econômico
3.2.11	Recurso Administrativo – 2ª Instância (CRPS)	R\$ 3.786,24	30% do proveito econômico

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.2.12	Acompanhamento de reabilitação profissional	R\$ 3.786,24	—
3.2.13	Procedimento de restituição de valores	R\$ 3.786,24	—
3.2.14	Acompanhamento de Reabilitação ou Pedido de prorrogação	R\$ 473,28	20% a 30% do proveito econômico
3.2.15	Justificação Administrativa (JA)	R\$ 3.076,32	20% do proveito econômico
3.2.16	Cumprimento de Exigência / Cópia de Processo	R\$ 709,92	—

### Ações Judiciais – Benefícios Previdenciários

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.2.17	Ação de concessão de benefício (Geral)	R\$ 5.916,00	30% do proveito econômico
3.2.18	Ação de restabelecimento de benefício	R\$ 5.916,00	30% do proveito econômico
3.2.19	Ação de revisão de benefício (Geral)	R\$ 5.916,00	30% do proveito econômico
3.2.20	Ação de Revisão da Vida Toda	R\$ 7.783,09	30% do proveito econômico
3.2.21	Ação acidentária (Acidente do Trabalho)	R\$ 5.916,00	30% do proveito econômico
3.2.22	Ação de concessão de salário maternidade	R\$ 2.366,40	30% do proveito econômico
3.2.23	Demanda específica para adicional de 25% (Art. 45 da LBPS)	R\$ 3.549,60	—
3.2.24	Demanda específica para inclusão de dependentes ou conversão de espécie em benefício já implantado	R\$ 3.549,60	—
3.2.25	Atuação a partir do cumprimento de sentença (fase interna)	R\$ 3.549,60	20% do proveito econômico
3.2.26	Sustentação oral (Tribunais)	R\$ 2.366,40	—

### Ações Especiais – Previdenciário

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.2.27	Ação judicial para emissão de CTC	R\$ 5.916,00	—
3.2.28	Ação de descaracterização de acid. trabalho	R\$ 5.916,00	30% do proveito econômico
3.2.29	Ação regressiva previdenciária (Empresa)	R\$ 7.264,85	—
3.2.30	Contestação de FAP/SAT ou Nexó (NTEP)	R\$ 3.786,24	30% do proveito econômico
3.2.31	Ação para evitar suspensão/cancelamento	R\$ 5.916,00	30% do proveito econômico
3.2.32	Mandado de Segurança Previdenciário	R\$ 5.916,00	—
3.2.33	Ação Rescisória Previdenciária	R\$ 5.916,00	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.2.34	Ação de Averbação de Tempo (Comum/Especial)	R\$ 5.916,00	20% a 30% do proveito econômico
3.2.35	Embargos de declaração	R\$ 1.661,21	—
3.2.36	Apelação	R\$ 3.320,06	—
3.2.37	Agravo de Instrumento	R\$ 4.046,54	—
3.2.38	Agravo Regimental	R\$ 3.320,06	—
3.2.39	Recurso Especial – STJ	R\$ 5.291,27	—
3.2.40	Recurso Extraordinário – STF	R\$ 5.291,27	—
3.2.41	Pedido Uniformização Regional	R\$ 4.730,43	—
3.2.42	Pedido de Uniformização Nacional	R\$ 4.730,43	—
3.2.43	Reclamação	R\$ 4.730,43	—
3.2.44	Atuação em Previdência Militar (Reforma/Pens)	R\$ 7.099,20	30% do proveito econômico

### Atos e Diligências Complementares

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.2.45	Diligência externa em órgão previdenciário	R\$ 473,28	—
3.2.46	Entrega de documentos e relatório ao cliente	R\$ 236,64	—
3.2.47	Acompanhamento em perícia médica judicial	R\$ 1.183,20	—

### Advocacia Consultiva Previdenciária Empresarial

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.2.48	Por hora trabalhada em consultoria mensal sem vínculo empregatício	R\$ 709,92	20% a 30% do proveito econômico
3.2.49	Consultoria mensal empresarial (até 20 funcionários)	R\$ 3.549,60	20% a 30% do proveito econômico
3.2.50	Consultoria mensal empresarial (mais de 20 funcionários)	R\$ 5.916,00	20% a 30% do proveito econômico

### NOTAS EXPLICATIVAS

**Nota explicativa:** Nota 02 – Do Reconhecimento do Tempo de Contribuição: Nas demandas em que o pedido de concessão de benefício for julgado improcedente, mas houver o reconhecimento/averbação de tempo de contribuição (comum, especial ou rural), será devido ao advogado o valor mínimo estipulado para a ação de reconhecimento de tempo de serviço/contribuição (Item 3.2.30).

**Nota explicativa:** Nota 03 - Nas demandas de natureza previdenciária sempre que necessária atuação tanto em processo administrativo quanto em processo judicial, devem-se ser ajustados os honorários de cada processo.

**Nota explicativa:** Nota 04 - Em caso de continuidade de atuação e/ou acompanhamento (após o pagamento das 12 parcelas vincendas), é recomendada nova contratação.

**Nota explicativa:** Nota 05 - Não caracteriza lesão contratual a estipulação de honorários advocatícios quota litis no percentual de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre as parcelas retroativas e 12 (doze) parcelas vincendas do benefício postulado, desde que não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do proveito econômico do cliente.

**Nota explicativa:** Nota 06 - Despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação ou custos processuais não configuram honorários, por isso devem ser acordadas e formalizadas separadamente.

### 3.3 DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)

#### Procedimentos Judiciais e/ou Administrativos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.3.1	Procedimento Ordinário	R\$ 7.099,20	20% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
3.3.2	Procedimento Sumário	R\$ 4.732,80	20% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
3.3.3	Mandado de Segurança em favor de PCD	R\$ 7.099,20	20% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
3.3.4	Ação Civil Pública em defesa de PCD	R\$ 9.465,60	10% a 20% sobre o proveito econômico coletivo
3.3.5	Ação de Obrigação de Fazer (acessibilidade, adaptação razoável, vaga especial, etc.)	R\$ 4.732,80	20% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
3.3.6	Ação de Indenização por Dano Moral/Material contra discriminação de PCD	R\$ 4.732,80	20% sobre o valor da condenação
3.3.7	Ação para fornecimento de tecnologia assistiva, medicamento ou tratamento a PCD	R\$ 4.732,80	20% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
3.3.8	Cumprimento de sentença em favor de PCD	R\$ 3.549,60	10% a 20% sobre o valor executado/proveito econômico
3.3.9	Impugnação ao cumprimento de sentença (quando representar o réu)	R\$ 3.549,60	10% a 20% sobre o valor do débito reduzido ou afastado
3.3.10	Acordo extrajudicial em demandas PCD submetido à homologação	R\$ 3.549,60	10% a 20% sobre o valor do acordo

#### Atuação em Órgãos Administrativos e Conselhos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.3.11	Representação e acompanhamento perante Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência	R\$ 2.366,40	—
3.3.12	Representação administrativa para garantia de vaga em escola, concurso, emprego ou serviço público a PCD	R\$ 3.549,60	20% sobre o proveito econômico (manutenção/obtenção do direito)
3.3.13	Elaboração de parecer técnico sobre acessibilidade e direitos da PCD	R\$ 3.549,60	—

#### Consultivo em Inclusão e Acessibilidade

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.3.14	Elaboração de política interna de inclusão e acessibilidade	R\$ 4.732,80	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
3.3.15	Auditoria de acessibilidade em empresas e órgãos públicos	R\$ 5.916,00	—
3.3.16	Consultoria mensal em inclusão de PCD (empresas ou instituições de ensino)	R\$ 3.549,60	—

## BLOCO 4 — DIREITO EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E ECONÔMICO

### 4.1 DIREITO EMPRESARIAL

#### Consultoria e Atos Estratégicos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.1.1	Consulta verbal ou eletrônica	R\$ 463,81	—
4.1.2	Hora técnica para análise documental	R\$ 312,36	—
4.1.3	Parecer jurídico empresarial	R\$ 2.593,57	—
4.1.4	MoU / NDA	R\$ 1.656,48	—
4.1.5	Assembleia societária (por ato)	R\$ 1.656,48	—
4.1.6	Assembleia simples / condomínio empresarial	R\$ 946,56	—
4.1.7	Contrato empresarial geral	R\$ 2.839,68	—

#### Direito Societário e M&A;

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.1.08	Contrato/estatuto – Sociedade Simples	R\$ 3.010,06	—
4.1.09	Contrato/estatuto – Ltda	R\$ 3.010,06	1% sobre o capital social
4.1.10	Estatuto – S.A.	R\$ 4.380,21	1% sobre o capital social
4.1.11	Cooperativa – ato constitutivo	R\$ 4.732,80	—
4.1.12	Alterações contratuais	R\$ 2.366,40	1% sobre o aumento de capital ou valor envolvido
4.1.13	Acordo de sócios/acionistas	R\$ 10.648,80	—
4.1.14	Fusão/Cisão/Incorporação/Transformação	R\$ 4.732,80	1% sobre o capital ou patrimônio envolvido
4.1.15	Distratos societários	R\$ 2.366,40	—
4.1.16	Due Diligence empresarial	R\$ 20.753,33	até 3% sobre o valor do negócio ou operação
4.1.17	SPA – compra e venda de quotas/ações	R\$ 28.396,80	2% a 5% sobre o valor da transação

#### Governança, Compliance e Integridade

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.1.18	Compliance empresarial	R\$ 18.678,00	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.1.19	Governança corporativa	R\$ 15.566,18	—
4.1.20	Compliance antidiscriminatório	R\$ 10.376,66	—
4.1.21	Protocolos institucionais com perspectiva de gênero	R\$ 10.376,66	—

#### Falência, Recuperação e Insolvência

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.1.22	Recuperação judicial	R\$ 11.832,00	20% sobre o proveito econômico (valor do passivo reestruturado, desconto obtido etc.)
4.1.23	Recuperação extrajudicial	R\$ 7.099,20	20% sobre o proveito econômico
4.1.24	Habilitação de crédito	R\$ 5.916,00	20% sobre o valor do crédito habilitado
4.1.25	Impugnação de crédito	R\$ 7.099,20	20% sobre o valor do crédito impugnado/afastado
4.1.26	Falência – acompanhamento	R\$ 7.099,20	20% sobre o proveito econômico
4.1.27	Autofalência	R\$ 7.099,20	20% sobre o proveito econômico
4.1.28	Assembleia Geral de Credores	R\$ 3.549,60	—
4.1.29	Restituição/Reivindicação	R\$ 7.099,20	20% sobre o valor do bem ou crédito restituído
4.1.30	Embargos de terceiro (falimentar)	R\$ 7.099,20	20% sobre o valor do bem ou direito defendido
4.1.31	Representação do falido	R\$ 7.099,20	20% sobre o proveito econômico
4.1.32	Representação da massa falida	R\$ 7.099,20	20% sobre o proveito econômico
4.1.33	Apoio ao administrador judicial	R\$ 7.099,20	10% sobre o valor dos créditos administrados / proveito econômico
4.1.34	Representação do credor na AGC	R\$ 3.549,60	—
4.1.35	Dissolução parcial/total	R\$ 7.264,85	5% sobre o valor da participação ou patrimônio apurado
4.1.36	Desconsideração da PJ	R\$ 7.264,85	10% sobre o valor do passivo atingido ou afastado
4.1.37	Liquidação societária	R\$ 7.264,85	15% sobre o valor líquido partilhado
4.1.38	Nulidade de assembleia	R\$ 7.099,20	—
4.1.39	Responsabilidade de administrador	R\$ 5.916,00	—
4.1.40	Declaração de insolvência	R\$ 5.916,00	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.1.41	Representação – passivo total	R\$ 11.832,00	—
4.1.42	Representação – administrador judicial	R\$ 11.832,00	—
4.1.43	Arguição de matéria relevante	R\$ 2.366,40	—
4.1.44	Arguição de falsidade (societário/falimentar)	R\$ 2.366,40	—

### Atos Empresariais Complementares

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.1.45	Contratos empresariais complexos	R\$ 11.832,00	—
4.1.46	Vistos em contratos	R\$ 1.656,48	—
4.1.47	Pareceres especializados	R\$ 3.312,96	—
4.1.48	Assistência na AGC	R\$ 3.549,60	—
4.1.49	Dissolução/liquidação – advogado de um sócio	R\$ 1.656,48	20% sobre o valor do quinhão/participação
4.1.50	Dissolução/liquidação – adv. sociedade/demais sócios	R\$ 3.312,96	20% sobre o valor líquido partilhado
4.1.51	Dissolução/liquidação – advogado do liquidante	R\$ 3.312,96	20% sobre o valor administrado/liquidado

## 4.2 DIREITO DIGITAL

### Consultoria Digital & Startups

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.2.1	Consulta jurídica em Direito Digital (presencial ou on-line)	R\$ 312,36	—
4.2.2	Hora técnica em Direito Digital (análise de documentos, reuniões, estratégia)	R\$ 312,36	—
4.2.3	Parecer jurídico em matéria de Direito Digital	R\$ 2.593,57	—
4.2.4	Assessoria jurídica para constituição de Startups (inclui contrato social e acordo de sócios simplificado)	R\$ 11.832,00	—
4.2.5	Elaboração de Contrato de Vesting	R\$ 8.282,40	—
4.2.6	Estruturação de rodada de investimento (mútuo conversível etc.) em startups digitais	R\$ 16.564,80	2% a 5% sobre o valor do aporte/investimento

### Termos & Políticas Digitais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.2.7	Elaboração de Termos de Uso e Política de Privacidade para plataformas digitais (jurisdição nacional)	R\$ 9.465,60	—
4.2.8	Elaboração de Termos de Uso e Política de Privacidade com foco internacional (multijurisdicional – LGPD, GDPR etc.)	R\$ 13.081,46	—
4.2.9	Elaboração ou revisão de Política de Cookies e Consentimento	R\$ 5.916,00	—
4.2.10	Revisão e adequação de Termos de Uso e Políticas existentes	R\$ 4.732,80	—

## Conta, Identidade & Plataformas Digitais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.2.11	Recuperação de contas em plataformas nacionais (redes sociais, marketplaces, e-mail etc.)	R\$ 7.099,20	—
4.2.12	Recuperação de contas em plataformas internacionais (big techs sediadas no exterior)	R\$ 8.720,18	—
4.2.13	Disputas de nomes de usuário, handle ou URL personalizada em plataformas digitais	R\$ 6.540,73	—
4.2.14	Notificação extrajudicial para contestação de banimento, restrição de alcance ou shadow ban	R\$ 3.312,96	—
4.2.15	Atuação em litígios complexos envolvendo plataformas estrangeiras (fase administrativa e pré-judicial)	R\$ 8.992,32	—

## Remoção de Conteúdo e Direitos da Personalidade

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.2.16	Notificação extrajudicial para remoção de conteúdo ilícito em território nacional	R\$ 3.114,18	—
4.2.17	Notificação extrajudicial para remoção de conteúdo ilícito perante provedores internacionais (sem sede no Brasil)	R\$ 6.744,24	—
4.2.18	Medidas judiciais de urgência para remoção de conteúdo ilícito (tutela de urgência)	R\$ 8.282,40	—
4.2.19	Ação de indenização por dano moral e material decorrente de conteúdo ilícito digital	R\$ 8.720,18	20% sobre o proveito econômico (condenação/acordo)
4.2.20	Atuação em casos de deepfake, exposição não consentida e violações graves de direitos da personalidade em ambiente digital	R\$ 10.899,64	20% sobre o proveito econômico (condenação/acordo)

## Proteção de Dados Pessoais – LGPD

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.2.21	Consultoria e projeto de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	R\$ 15.566,18	—
4.2.22	Assessoria e manutenção de LGPD – mensal	R\$ 1.244,73	—
4.2.23	Atuação como Encarregado de Proteção de Dados (DPO as a Service) – mensal	R\$ 8.301,33	—
4.2.24	Elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (DPIA/RIPD)	R\$ 8.720,18	—
4.2.25	Gestão de incidente de segurança com notificação à ANPD e titulares	R\$ 8.175,91	—

**Nota explicativa:** Nota 02: Ressalta-se que os Honorários para Adequação à LGPD é gradativo e variável, sendo definido mediante análise técnica dos seguintes critérios: 1. Porte da Instituição: Complexidade da estrutura organizacional e número de colaboradores; 2. Volume de Dados: Quantidade e fluxo de dados pessoais processados; 3. Natureza dos Dados: Tratamento de dados sensíveis ou de alto risco; 4. Ecossistema Digital: Quantidade de sistemas, inventário de dados e compartilhamento com terceiros (operadores).

## Data Privacy Internacional

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.2.26	Adequação de programa de conformidade em privacidade – LGPD + GDPR (projeto global)	R\$ 18.678,00	—
4.2.27	Elaboração de contratos e cláusulas de transferência internacional de dados (DPA, SCCs etc.)	R\$ 16.349,46	até 3% sobre o valor do contrato/licenciamento
4.2.28	Gestão de data breach com comunicação a autoridades estrangeiras e titulares em múltiplos países	R\$ 10.899,64	—
4.2.29	Consultoria para implementação de programa global de privacidade em grupo econômico multinacional	R\$ 20.753,33	—

### Propriedade Intelectual Digital

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.2.30	Disputa de domínio nacional (.br)	R\$ 5.449,82	—
4.2.31	Disputa de domínio internacional (ICANN / WIPO)	R\$ 8.720,18	—
4.2.32	Notificações de remoção com base em DMCA ou regimes equivalentes	R\$ 3.270,36	—
4.2.33	Ação de obrigação de fazer c/c indenização por violação de direito autoral em ambiente digital	R\$ 8.720,18	20% a 30% sobre o proveito econômico

### Segurança da Informação e Contratos Tecnológicos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.2.34	Elaboração de políticas internas de segurança da informação, BYOD, uso de e-mail e dispositivos	R\$ 6.540,73	—
4.2.35	Assessoria em resposta a incidentes cibernéticos (CSIRT/CERT, planos de resposta)	R\$ 8.720,18	—
4.2.36	Treinamento e capacitação de equipes em segurança e privacidade digital	R\$ 3.814,64	—

### Contratos de Software, SaaS e Cloud

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.2.37	Contrato de licença de uso de software / SaaS (jurisdição nacional)	R\$ 11.832,00	—
4.2.38	Contrato SaaS com elementos internacionais (multi-jurisdição, data centers externos)	R\$ 16.349,46	—
4.2.39	Contrato de nuvem (cloud computing) com provedores globais	R\$ 9.465,60	—
4.2.40	Acordos de transferência de tecnologia digital	R\$ 16.349,46	até 3% sobre o valor do licenciamento

### Responsabilidade Civil Digital e Ações Coletivas

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.2.41	Ação de responsabilidade civil por fraude bancária digital (phishing, spoofing etc.)	R\$ 8.720,18	20% sobre o proveito econômico

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.2.42	Ação indenizatória por estelionato virtual e golpes em ambiente digital	R\$ 8.720,18	20% sobre o proveito econômico
4.2.43	Defesa ou patrocínio em ações judiciais complexas envolvendo plataformas digitais (nacionais ou estrangeiras)	R\$ 8.282,40	—
4.2.44	Ação civil pública ou ação coletiva decorrente de incidente de segurança ou vazamento massivo de dados	R\$ 16.349,46	20% sobre o proveito econômico

### 4.3 PROPRIEDADE INTELECTUAL

#### Atividades Administrativas – INPI

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.3.1	Estudo de viabilidade de marca	R\$ 726,48	—
4.3.2	Depósito de pedido de registro de marca	R\$ 2.801,82	—
4.3.3	Oposição / Manifestação	R\$ 1.661,21	—
4.3.4	Cumprimento de exigência	R\$ 622,36	—
4.3.5	Processo administrativo de nulidade	R\$ 2.801,82	—
4.3.6	Pedido de caducidade	R\$ 2.179,45	—
4.3.7	Averbação de contratos no INPI	R\$ 726,48	—
4.3.8	Anuidades / manutenção (gestão e protocolo)	R\$ 622,36	—

#### Patentes – Atos Administrativos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.3.9	Estudo de viabilidade de patente	R\$ 4.981,27	—
4.3.10	Redação e depósito de patente	R\$ 8.819,57	—
4.3.11	Recurso administrativo	R\$ 3.838,30	—
4.3.12	Nulidade administrativa	R\$ 4.981,27	—
4.3.13	Contestação em nulidade administrativa	R\$ 2.801,82	—

#### Atividades Judiciais – Marcas, Patentes, PI

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.3.14	Ação de nulidade de marca	R\$ 10.894,91	20% a 30% sobre o proveito econômico
4.3.15	Ação de abstenção de uso de marca	R\$ 8.715,45	20% sobre o proveito econômico
4.3.16	Ação indenizatória por uso indevido de marca	R\$ 6.538,36	20% a 30% sobre o proveito econômico
4.3.17	Ação de nulidade de patente	R\$ 16.394,42	30% sobre o proveito econômico
4.3.18	Ação de violação de patente	R\$ 8.715,45	30% sobre o proveito econômico

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.3.19	Busca e apreensão em PI	R\$ 7.678,97	10% sobre o valor dos bens apreendidos ou proveito econômico

#### Direito Autoral

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.3.20	Assessoria em registro de direito autoral	R\$ 1.452,97	—
4.3.21	Minuta de contrato/distrato de direitos autorais	R\$ 5.499,51	—
4.3.22	Revisão de contrato autoral	R\$ 2.801,82	—
4.3.23	Ação de reconhecimento de direito autoral	R\$ 4.358,91	—
4.3.24	Ação de indenização por violação autoral	R\$ 8.715,45	20% a 30% sobre o proveito econômico

#### Software (Programa de Computador)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.3.25	Depósito de registro de software	R\$ 2.801,82	—
4.3.26	Cumprimento de exigência / atos complementares	R\$ 622,36	—
4.3.27	Correção de dados / renúncia / transferência	R\$ 882,67	—
4.3.28	Nulidade administrativa de software	R\$ 2.179,45	—
4.3.29	Ações judiciais envolvendo software	R\$ 8.715,45	20% sobre o proveito econômico

#### Transferência de Tecnologia e Licenciamento

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.3.30	Contrato de transferência de tecnologia	R\$ 8.197,21	3% sobre o valor do contrato/licenciamento
4.3.31	Contrato de licenciamento de marca / patente	R\$ 7.056,60	3% sobre o valor do contrato/licenciamento

## 4.4 DIREITO TRIBUTÁRIO

#### Consultas e Pareceres

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.4.1	Consulta tributária	R\$ 260,30	—
4.4.2	Consulta especializada	R\$ 414,12	—
4.4.3	Parecer tributário	R\$ 2.593,57	—
4.4.4	Parecer técnico ampliado	R\$ 3.632,42	—
4.4.5	Reunião técnica	R\$ 518,24	—
4.4.6	Hora técnica	R\$ 312,36	—

## Defesa Administrativa Tributária

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.4.7	Defesa administrativa – 1ª instância	R\$ 4.732,80	10% sobre o valor do débito afastado (principal, multa e juros)
4.4.8	Recurso administrativo – 2ª instância	R\$ 4.732,80	10% sobre o valor do débito afastado (principal, multa e juros)
4.4.9	Defesa em cobrança administrativa	R\$ 4.732,80	—
4.4.10	Impugnação de lançamento	R\$ 4.150,67	—
4.4.11	Recurso voluntário/hierárquico	R\$ 5.707,76	—
4.4.12	Acompanhamento completo	R\$ 5.189,52	15% sobre o proveito econômico total
4.4.13	Sustentação oral administrativa	R\$ 2.075,33	—
4.4.14	Pedido de revisão	R\$ 3.632,42	—
4.4.15	Fiscalização presencial	R\$ 622,36	—
4.4.16	Defesas Simples Nacional	R\$ 4.732,80	—

## Planejamento, Serviços Consultivos e Estratégicos Tributários

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.4.17	Planejamento tributário	R\$ 7.099,20	10% sobre a economia anual estimada
4.4.18	Parecer técnico tributário estratégico (interpretação normativa avançada)	R\$ 5.916,00	10% sobre o proveito econômico
4.4.19	Due diligence tributária / Auditoria fiscal com impacto financeiro	R\$ 6.017,76	10% sobre o passivo identificado/regularizado
4.4.20	Benefícios fiscais / regimes especiais	R\$ 5.189,52	—
4.4.21	Compensação / habilitação de crédito	R\$ 3.114,18	10% sobre o valor do crédito habilitado
4.4.22	Consulta formal à Fazenda/Receita	R\$ 2.593,57	—

## Processos Judiciais Tributários

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.4.23	Ação declaratória (efeito financeiro)	R\$ 7.099,20	10% sobre o proveito econômico (tributo/multa/juro afastado)
4.4.24	Ação declaratória (sem efeito financeiro)	R\$ 5.189,52	—
4.4.25	Ação anulatória fiscal	R\$ 7.264,85	15% sobre o valor do tributo, multa e juros anulados
4.4.26	Mandado de segurança tributário (com benefício)	R\$ 7.264,85	15% sobre o proveito econômico (tributo não pago/afastado)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.4.27	Mandado de segurança tributário (sem benefício)	R\$ 7.099,20	—
4.4.28	Repetição de indébito	R\$ 7.099,20	15% sobre o valor recuperado (restituído ou compensado)
4.4.29	Consignação tributária	R\$ 4.150,67	10% sobre o valor do débito consignado
4.4.30	Inexistência de relação tributária (efeito financeiro)	R\$ 4.668,91	10% sobre o proveito econômico
4.4.31	Ação tributária ordinária (com valor econômico)	R\$ 6.744,24	10% sobre o proveito econômico
4.4.32	Defesa em execução fiscal	R\$ 6.226,00	10% sobre a redução do débito (diferença entre o valor inicialmente cobrado e o valor final devido)
4.4.33	Exceção de pré-executividade	R\$ 7.099,20	10% sobre o valor do débito desconstituído ou reduzido
4.4.34	Embargos à execução fiscal	R\$ 5.189,52	15% sobre o valor desconstituído ou reduzido da execução
4.4.35	Recuperação de crédito tributário	R\$ 6.226,00	10% sobre o valor do crédito recuperado
4.4.36	Compensação tributária judicial	R\$ 4.668,91	10% sobre o valor compensado
4.4.37	Ações cautelares tributárias	R\$ 6.226,00	—
4.4.38	Tutelas de urgência tributárias	R\$ 6.226,00	—

### Transações Tributárias

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.4.39	Transação tributária PGFN	R\$ 6.226,00	10% sobre o desconto obtido
4.4.40	Transação tributária estadual	R\$ 5.189,52	10% sobre o desconto obtido
4.4.41	Negociações e REFIS	R\$ 4.150,67	10% sobre o desconto obtido
4.4.42	Acompanhamento TAC tributário	R\$ 5.189,52	10% sobre o proveito econômico
4.4.43	Processos fiscais de grande monta (>5 mi)	R\$ Piso + 20%	10% sobre o proveito econômico

### Atos Avulsos e Diligências

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.4.44	Sustentação oral (judicial)	R\$ 2.075,33	—
4.4.45	Sustentação oral (administrativa)	R\$ 2.075,33	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.4.46	Memoriais	R\$ 830,61	—
4.4.47	Diligências fiscais	R\$ 312,36	—
4.4.48	Despacho pessoal	R\$ 1.244,73	—
4.4.49	Protocolo técnico	R\$ 239,01	—
4.4.50	Análise de autos volumosos (por volume)	R\$ 312,36	—
4.4.51	Visita técnica	R\$ 622,36	—

#### Honorários Mensais (Assessoria Tributária)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.4.52	Assinatura mensal ME/EPP	R\$ 2.366,40	—
4.4.53	Assinatura mensal Cooperativas/Associações	R\$ 4.732,80	—
4.4.54	Assinatura mensal Ltda (médio porte)	R\$ 5.916,00	—
4.4.55	Assinatura mensal S.A. (grande porte)	R\$ 8.282,40	—
4.4.56	Demais Pessoas Jurídicas	R\$ 2.839,68	—
4.4.57	Demais Pessoas Físicas	R\$ 1.893,12	—

#### NOTAS EXPLICATIVAS

*Nota explicativa: Proveito Econômico: Entende-se como proveito econômico o valor total da dívida que deixou de ser paga (incluindo principal, multa e juros), o valor dos créditos tributários recuperados ou a economia gerada por planejamento tributário no primeiro ano de implementação.*

*Nota explicativa: Base de Cálculo (Êxito): Os honorários de êxito devem incidir sobre o benefício efetivo. No caso de Repetição de Indébito, a base é o valor efetivamente restituído ou compensado. Na Defesa de Execução, a base é a diferença entre o valor cobrado inicialmente e o valor final devido após a intervenção do advogado.*

*Nota explicativa: Tratamento de Multas: Nos processos de anulação de auto de infração, o percentual incidirá também sobre o valor das multas e juros que forem cancelados por decisão administrativa ou judicial.*

*Nota explicativa: Parcelamento do Débito: Nas transações tributárias ou REFIS, onde o benefício é o parcelamento ou a redução de encargos, o êxito é calculado sobre o montante total da redução obtida no momento da consolidação do acordo.*

## 4.5 DIREITO AGRÁRIO

#### Consultoria e Compliance

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.5.1	Compliance Rural e Manuais de Práticas	R\$ 8.301,33	—
4.5.2	Planejamento e Tributação Rural (Holding/ITR)	R\$ 6.226,00	—
4.5.3	Consultoria Permanente (Mensalidade)	R\$ 5.189,52	—

#### Contratos Agrários

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.5.4	Contrato de arrendamento rural	R\$ 2.593,57	2% a 5% sobre o valor do contrato

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.5.5	Parceria agrícola/pecuária	R\$ 2.593,57	2% a 5% sobre o valor do contrato
4.5.6	Compra e venda rural	R\$ 3.114,18	1% a 2% sobre o valor do imóvel
4.5.7	CPR – Cédula de Produto Rural	R\$ 3.632,42	2% a 5% sobre o valor da CPR

### Crédito e Execução Rural

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.5.8	Renegociação de dívida rural	R\$ 5.189,52	10% a 15% sobre o proveito econômico
4.5.9	Execução de CPR	R\$ 7.099,20	10% a 15% sobre o valor executado
4.5.10	Defesa em execução de CPR	R\$ 7.099,20	10% a 15% sobre o valor do débito reduzido ou afastado

### Serviços Administrativos e Contratos Públicos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.5.11	Análise em licitações agrícolas	R\$ 6.226,00	5% sobre o valor do contrato
4.5.12	Contratos rurais com entes públicos	R\$ 6.226,00	5% sobre o valor do contrato

### Serviços Especializados e Consultoria

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.5.13	Regularização Fundiária (Usucapião Constitucional Agrária / Georreferenciamento)	R\$ 8.301,33	10% sobre o valor da área
4.5.14	Audiências Avulsas	R\$ 1.557,09	—
4.5.15	Diligências (Repartições/Foro/Cartórios)	R\$ 518,24	—

### NOTAS EXPLICATIVAS

**Nota explicativa:** Acordos Extrajudiciais: Em caso de composição amigável ou acordos realizados na esfera extrajudicial em qualquer um dos itens listados, os honorários mínimos de êxito serão de 15% sobre o valor acordado.

**Nota explicativa:** Garantias Contratuais: Para demandas de grande vulto econômico, recomenda-se a inserção de cláusulas de hipoteca imobiliária ou penhor rural no contrato de honorários para assegurar o adimplemento da obrigação.

**Nota explicativa:** Deslocamentos e Diárias: Caso o serviço exija deslocamento, deverá ser acrescido o valor correspondente a 1 litro de gasolina por quilômetro rodado, ou o custeio integral de passagens. Adicionalmente, fixam-se diárias de R\$ 120,00 para alimentação e R\$ 200,00 para hospedagem.

**Nota explicativa:** Atuação como Preposto: Quando houver necessidade de indicação de preposto pelo advogado para atos ou audiências, o valor estabelecido é de R\$ 500,00 por evento.

## 4.6 DIREITO AMBIENTAL

## Consultas e Pareceres

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.6.1	Consulta ambiental especializada	R\$ 260,30	—
4.6.2	Parecer jurídico ambiental	R\$ 7.809,12	10% sobre o proveito econômico
4.6.3	Parecer sobre estudos ambientais (EIA/RIMA, PRAD)	R\$ 10.175,52	10% a 15% sobre o proveito econômico

## Procedimentos Administrativos Ambientais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.6.4	Análise de aspectos ambientais de contrato	R\$ 4.259,52	10% sobre o valor do contrato
4.6.5	Defesa em auto de infração ambiental (IMA/IBAMA/ICMBio)	R\$ 5.916,00	10% sobre o valor da multa afastada ou reduzida
4.6.6	Defesa em termo de embargo	R\$ 5.916,00	10% sobre o proveito econômico
4.6.7	Defesa em auto de apreensão	R\$ 5.916,00	10% sobre o valor do bem liberado
4.6.8	Recurso administrativo ambiental	R\$ 1.557,09	—
4.6.9	Revisão de multa ambiental	R\$ 3.114,18	10% sobre a redução obtida
4.6.10	Pedido de regularização ambiental	R\$ 1.557,09	—
4.6.11	Pedido de dispensa de licenciamento	R\$ 1.038,85	—

## Licenciamento Ambiental

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.6.12	Licenciamento ambiental simplificado	R\$ 4.668,91	—
4.6.13	Licenciamento ambiental completo	R\$ 8.992,32	10% sobre o proveito econômico
4.6.14	Renovação de licença ambiental	R\$ 2.593,57	—
4.6.15	Recurso contra indeferimento de licença	R\$ 2.075,33	—
4.6.16	Consultoria jurídica em condicionantes ambientais	R\$ 3.114,18	—

## TAC Ambiental (Termo de Ajustamento de Conduta)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.6.17	Negociação e celebração de TAC	R\$ 4.150,67	10% sobre o proveito econômico
4.6.18	Revisão ou aditamento de TAC	R\$ 3.114,18	—
4.6.19	Defesa por descumprimento de TAC	R\$ 5.189,52	10% sobre o proveito econômico

## Ações Judiciais Ambientais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.6.20	Defesa em inquérito civil ambiental	R\$ 10.648,80	10% sobre o proveito econômico
4.6.21	Defesa em processo civil ambiental	R\$ 11.832,00	10% sobre o proveito econômico
4.6.22	Ação civil pública ambiental	R\$ 13.015,20	20% sobre o proveito econômico
4.6.23	ACP por dano ambiental	R\$ 13.015,20	20% sobre o proveito econômico
4.6.24	Ação anulatória de multa ambiental	R\$ 4.668,91	10% sobre o valor da multa anulada
4.6.25	Ação anulatória de embargo	R\$ 4.668,91	10% sobre o proveito econômico
4.6.26	Ação de obrigação de fazer ambiental	R\$ 4.668,91	—
4.6.27	Ação de reparação de dano ambiental	R\$ 6.226,00	20% sobre o proveito econômico

#### Ações Constitucionais Ambientais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.6.28	Mandado de Segurança ambiental	R\$ 4.150,67	—
4.6.29	MS contra ato fiscalizatório	R\$ 4.668,91	—

#### Atos Avulsos e Diligências

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.6.30	Acompanhamento de perícia ambiental judicial	R\$ 3.114,18	—
4.6.31	Audiência isolada (ambiental)	R\$ 2.603,04	—
4.6.32	Audiência pública ambiental	R\$ 1.557,09	—
4.6.33	Reunião técnica com órgão ambiental	R\$ 1.244,73	—

#### Processo Crime Ambiental

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
4.6.34	Processo-crime ambiental	R\$ 20.824,32	—

## BLOCO 5 – DIREITO PÚBLICO E DO TERCEIRO SETOR

### 5.1 DIREITO ADMINISTRATIVO

#### Consultas e Pareceres

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.1	Consulta jurídica administrativa	R\$ 260,30	—
5.1.2	Parecer jurídico administrativo	R\$ 2.075,33	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.3	Parecer sobre ETP (Estudos Técnicos Preliminares)	R\$ 2.593,57	—
5.1.4	Parecer sobre PCA (Plano Anual de Contratações)	R\$ 2.593,57	—
5.1.5	Parecer sobre Mapeamento de Riscos	R\$ 2.593,57	—
5.1.6	Parecer sobre Plano de Integridade	R\$ 2.593,57	—

### Procedimentos Administrativos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.07	Requerimento administrativo fundamentado	R\$ 518,24	—
5.1.08	Impugnação administrativa	R\$ 1.038,85	10% a 20% sobre o benefício obtido.
5.1.09	Recurso administrativo	R\$ 1.557,09	10% a 20% sobre o benefício obtido.
5.1.10	Pedido de reconsideração	R\$ 1.038,85	—
5.1.11	Atuação integral em sindicância	R\$ 3.114,18	—
5.1.12	Defesa completa em PAD	R\$ 4.150,67	—
5.1.13	Defesa de gestor/fiscal/agente de contratação	R\$ 3.632,42	—

### Licitações e Contratos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.14	Impugnação de edital	R\$ 2.075,33	—
5.1.15	Impugnação de Termo de Referência	R\$ 1.867,09	—
5.1.16	Pedido de esclarecimento	R\$ 518,24	—
5.1.17	Representação ao pregoeiro	R\$ 1.867,09	—
5.1.18	Representação ao Agente de Contratação	R\$ 1.867,09	—
5.1.19	Acompanhamento de sessão de pregão	R\$ 1.244,73	—
5.1.20	Acompanhamento da fase de habilitação	R\$ 1.867,09	—
5.1.21	Defesa em penalidades contratuais	R\$ 2.593,57	20% sobre o valor da multa evitada ou suspensão
5.1.22	Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro	R\$ 3.114,18	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.1.23	Assessoria em seguro-garantia (cláusula de retomada)	R\$ 3.114,18	10% a 20% sobre o valor da garantia liberada ou sinistro evitado.

### Ações Judiciais Administrativas

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.24	Ação Ordinária Administrativa	R\$ 4.150,67	20% sobre o proveito econômico

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.25	Ação Ordinária decorrente de improbidade	R\$ 5.189,52	20% sobre o valor da causa/benefício
5.1.26	Ação Anulatória de Ato Administrativo	R\$ 4.668,91	20% sobre o valor do ato anulado , se houver
5.1.27	Obrigação de Fazer/Não Fazer contra a Administração	R\$ 4.668,91	20% sobre o êxito
5.1.28	Ação de Responsabilização Administrativa	R\$ 4.150,67	—

#### Tribunais de Contas – TCE, TCU, CGU

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.29	Defesa em Tomada de Contas	R\$ 4.150,67	20% sobre a economia ou valor do débito afastado.
5.1.30	Defesa em Autos de Infração (Controladorias)	R\$ 4.150,67	10% sobre a multa evitada.
5.1.31	Memoriais / Contrarrazões	R\$ 1.867,09	—
5.1.32	Sustentação oral	R\$ 1.867,09	—

#### Servidores Públicos, PAD e Sindicância

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.33	Defesa em PAD	R\$ 4.150,67	—
5.1.34	Revisão de demissão/suspensão	R\$ 3.114,18	20% sobre o retroativo ou ganho econômico.
5.1.35	Revisão de aposentadoria/pensão	R\$ 3.114,18	20% sobre o ganho econômico.
5.1.36	Progressão/promoção funcional	R\$ 2.075,33	20% sobre o ganho econômico.

#### Ações Constitucionais (Matéria Administrativa)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.37	Mandado de Segurança (MS)	R\$ 4.150,67	20% sobre o êxito
5.1.38	Mandado de Segurança Coletivo	R\$ 7.264,85	10% sobre o benefício obtido
5.1.39	Habeas Data	R\$ 3.632,42	—
5.1.40	Mandado de Injunção	R\$ 4.668,91	—

#### Ações Coletivas e Ação Civil Pública

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.41	Ação Popular	R\$ 4.668,91	20% (se houver proveito econômico)
5.1.42	Ação Civil Pública Administrativa	R\$ 5.707,17	20% sobre o proveito econômico.

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.43	ACP decorrente de Improbidade	R\$ 6.226,00	20% sobre a economia ou valor do débito afastado.

### Desapropriação

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.44	Ação de Desapropriação	R\$ 5.189,52	10% a 20% sobre a diferença entre a oferta e a indenização final

### Atos Avulsos e Diligências

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.1.45	Audiência administrativa	R\$ 622,36	—
5.1.46	Audiência judicial (matéria administrativa)	R\$ 1.038,85	—
5.1.47	Sustentação oral (judicial)	R\$ 2.075,33	—

*Nota explicativa:* A defesa em Tomada de Contas Especial ou processos administrativos sancionadores perante o TCE, TCU ou CGU é autônoma. Caso o fato resulte em ação judicial de improbidade administrativa, esta deverá ser cobrada separadamente, conforme os itens 5.1.25 ou 5.2.26.

## 5.2 DIREITO CONSTITUCIONAL

### Consultas e Pareceres

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.2.1	Consulta constitucional simples	R\$ 1.656,48	—
5.2.2	Consulta constitucional complexa	R\$ 2.603,04	—
5.2.3	Parecer constitucional simples	R\$ 3.114,18	—
5.2.4	Parecer constitucional complexo	R\$ 5.189,52	—

### Remédios Constitucionais – MS, HC, HD, MI, AP

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.2.05	Mandado de Segurança individual – 1º grau	R\$ 7.099,20	20% a 30% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
5.2.06	Mandado de Segurança individual – 2º grau	R\$ 9.465,60	20% a 30% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
5.2.07	Mandado de Segurança individual – STF/STJ	R\$ 14.198,40	20% a 30% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
5.2.08	Mandado de Segurança Coletivo	R\$ 12.452,00	10% a 20% sobre o proveito econômico coletivo

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.2.09	Habeas Corpus – 1º grau	R\$ 7.099,20	—
5.2.10	Habeas Corpus – 2º grau	R\$ 9.465,60	—
5.2.11	Habeas Corpus – STF/STJ	R\$ 14.198,40	—
5.2.12	Habeas Data	R\$ 7.099,20	—
5.2.13	Mandado de Injunção – qualquer grau	R\$ 30.763,20	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.2.14	Ação Popular – qualquer grau	R\$ 30.763,20	20% a 30% sobre o proveito econômico

### Controle Concentrado – ADI, ADC, ADPF

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.2.15	ADI, ADC, ADPF – Fase preliminar (inicial)	R\$ 30.763,20	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.2.16	ADI, ADC, ADPF – Acompanhamento até sentença	R\$ 35.496,00	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.2.17	ADI, ADC, ADPF – Recurso / Sustentação	R\$ 28.396,80	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.2.18	ADI estadual	R\$ 30.763,20	20% sobre o proveito econômico
5.2.19	ADPF	R\$ 30.763,20	20% sobre o proveito econômico
5.2.20	ADC	R\$ 30.763,20	20% sobre o proveito econômico

### Ações de Tribunais Superiores

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.2.21	Atuação como amicus curiae (Manifestação Técnica)	R\$ 8.301,33	—
5.2.22	Reclamação Constitucional (STF ou TJ)	R\$ 10.376,66	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.2.23	Homologação de Sentença Estrangeira (STJ)	R\$ 11.832,00	10% sobre o proveito econômico

### Ação de Improbidade Administrativa

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.2.24	ACP pela entidade autora – inicial até sentença	R\$ 30.763,20	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.2.25	ACP pela entidade autora – recurso	R\$ 18.931,20	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.2.26	ACP pela parte ré – defesa até sentença	R\$ 35.496,00	20% a 30% sobre o valor do débito reduzido ou afastado

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.2.27	ACP pela parte ré – recurso	R\$ 28.396,80	20% a 30% sobre o valor do débito reduzido ou afastado

### Concursos Públicos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.2.28	Nomeação / posse / remoção	R\$ 5.189,52	20% a 30% sobre o proveito econômico (atrasados e/ou benefício anual).
5.2.29	Eliminação indevida – tutela de urgência	R\$ 6.226,00	20% a 30% sobre o proveito econômico (atrasados e/ou benefício anual).
5.2.30	Recurso administrativo contra banca examinadora	R\$ 2.593,57	10% a 20% sobre o proveito econômico em caso de nomeação direta.

### PAD – Processo Administrativo Disciplinar (tese constitucional)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.2.31	Defesa administrativa em PAD com tese constitucional	R\$ 4.150,67	—
5.2.32	Revisão de PAD com tese constitucional	R\$ 5.189,52	—

*Nota explicativa: Proveito Econômico: Entende-se como proveito econômico o valor total da condenação, benefício patrimonial obtido ou economia gerada pela decisão favorável.*

*Nota explicativa: Base de Cálculo (Êxito): Os percentuais indicados incidem sobre: o valor da condenação (em ações de indenização, reparação ou restituição); o proveito econômico coletivo (em ações coletivas e civis públicas); o valor do débito reduzido ou afastado (em defesas contra a Administração Pública).*

## 5.3 DIREITO ELEITORAL

### Consultas e Pareceres

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.3.1	Consulta jurídica eleitoral (por hora)	R\$ 260,30	—
5.3.2	Parecer jurídico eleitoral	R\$ 2.366,40	—
5.3.3	Pedido de cessação de propaganda antecipada	R\$ 3.632,42	—

### Registro de Candidatura e Impugnações

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.3.4	Ajuizamento do DRAP (Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários)	R\$ 4.150,67	—
5.3.5	Registro individual de candidatura	R\$ 3.632,42	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.3.6	Impugnação ao Registro de Candidatura – AIRC (Proposição ou Defesa - 1º Grau)	R\$ 8.282,40	—
5.3.7	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura – AIRC (Item original 5.3.16 - Repetição)	R\$ 7.572,48	—

### Propaganda Eleitoral e Mídias Sociais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.3.08	Queixa, Representação ou Impugnação (Genérica - Propagandas/Ilícitos Menores)	R\$ 5.206,08	—
5.3.09	Impugnação de pesquisa eleitoral	R\$ 3.114,18	—
5.3.10	Representação por propaganda irregular	R\$ 3.632,42	—
5.3.11	Direito de resposta	R\$ 3.632,42	—
5.3.12	Remoção de conteúdo / mídias sociais	R\$ 3.632,42	—

### Prestação de Contas Eleitorais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.3.13	Prestação de contas de candidato Vereador	R\$ 5.189,52	10% a 20% sobre o valor do débito afastado
5.3.14	Prestação de contas de partido político (Anual ou Simplificada)	R\$ 6.226,00	10% a 20% sobre o valor do débito afastado
5.3.15	Impugnação de prestação de contas	R\$ 4.150,67	—
5.3.16	Prestação de Contas de Candidato Prefeito/Deputado	R\$ 8.282,40	10% a 20% sobre o valor do débito afastado

### Ações Eleitorais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.3.17	Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE (Proposição ou Defesa)	R\$ 8.282,40	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.3.18	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME (Proposição ou Defesa)	R\$ 8.282,40	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.3.19	Ação por captação ilícita de sufrágio (Art. 41-A)	R\$ 8.992,32	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.3.20	Ação por abuso de poder econômico/político/religioso (Mais complexas)	R\$ 10.648,80	20% a 30% sobre o proveito econômico
5.3.21	Recurso Contra Expedição de Diploma – RCED	R\$ 7.572,48	—

### Recursos e Atos no Tribunal

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.3.22	Recurso Eleitoral (TRE)	R\$ 4.150,67	—
5.3.23	Agravo Eleitoral	R\$ 4.150,67	—
5.3.24	Defesa perante o TRE	R\$ 8.282,40	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.3.25	Defesa perante o TSE	R\$ 15.381,60	—
5.3.26	Recurso Especial Eleitoral – REspE (TSE)	R\$ 8.301,33	—
5.3.27	Sustentação oral no TRE	R\$ 2.075,33	—
5.3.28	Sustentação oral no TSE	R\$ 3.114,18	—

### Defesa Criminal Eleitoral e Remédios Constitucionais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.3.29	Defesa por Crime Eleitoral (1º Grau - Processo completo)	R\$ 13.015,20	—
5.3.30	Defesa perante Juízo Eleitoral (Geral)	R\$ 7.572,48	—
5.3.31	Habeas Corpus em 1º Grau	R\$ 7.572,48	—
5.3.32	Habeas Corpus em 2º Grau (TRE/TSE)	R\$ 8.992,32	—
5.3.33	Mandado de Segurança Eleitoral (conforme Tabela Constitucional)	R\$ 4.668,91	—
5.3.34	Audiência isolada na Justiça Eleitoral (Comparecimento)	R\$ 2.075,33	—
5.3.35	Acompanhamento de sessão de julgamento (Sem Sustentação)	R\$ 1.557,09	—

*Nota explicativa: Prestação de Contas: Os valores mínimos referem-se a contas regulares. Caso haja necessidade de defesa em processos de “Contas Desaprovadas” ou “Não Prestadas”, os valores devem ser renegociados conforme a complexidade.*

*Nota explicativa: (Itens 5.3.17 a 5.3.21): Em ações de cassação ou manutenção de mandato, o proveito econômico equivale ao somatório de 12 (doze) meses do subsídio (salário) bruto do cargo em disputa. No caso de multas, incidirá sobre o valor da penalidade evitada.*

## 5.4 DIREITO INTERNACIONAL

### Consultas e Atos Pré-Processuais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.4.01	Consulta jurídica internacional (por hora)	R\$ 709,92	—
5.4.02	Parecer jurídico em matéria internacional	R\$ 2.366,40	—
5.4.03	Assessoria para negócios internacionais	R\$ 2.075,33	Acrescentar 1% a 5% (sobre o valor do negócio)
5.4.04	Assessoria para abertura de empresa no exterior	R\$ 3.114,18	—
5.4.05	Assessoria para investimento estrangeiro no Brasil	R\$ 3.114,18	—
5.4.06	Contrato internacional de serviços	R\$ 3.549,60	—
5.4.07	Contrato de exportação / importação	R\$ 4.150,67	—
5.4.08	NDA (Acordo de Confidencialidade) internacional	R\$ 2.075,33	—
5.4.09	Contrato de tecnologia internacional	R\$ 5.916,00	—
5.4.10	Contrato em moeda estrangeira	R\$ 3.632,42	—

### Contencioso e Atos Judiciais Internacionais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.4.11	Homologação de sentença estrangeira (STJ)	R\$ 5.916,00	—
5.4.12	Execução de sentença estrangeira	R\$ 6.226,00	—
5.4.13	Ação de cobrança internacional	R\$ 8.301,33	10% sobre o proveito econômico
5.4.14	Responsabilidade civil internacional	R\$ 8.301,33	10% sobre o proveito econômico
5.4.15	Carta rogatória	R\$ 3.114,18	—
5.4.16	Cooperação jurídica internacional	R\$ 3.632,42	—

### Arbitragem e Organismos Internacionais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.4.17	Arbitragem internacional (Brasil)	R\$ 10.376,66	10% sobre o proveito econômico
5.4.18	Arbitragem internacional (exterior)	R\$ 15.566,18	10% sobre o proveito econômico
5.4.19	Atuação em organismos internacionais	R\$ 12.452,00	—
5.4.20	Notificação / citação internacional	R\$ 2.593,57	—
5.4.21	Apostila de Haia com assessoria	R\$ 1.244,73	—

### Direito de Família Internacional

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.4.22	Restituição internacional de menores (Haia)	R\$ 11.832,00	—
5.4.23	Adoção internacional	R\$ 8.301,33	—
5.4.24	Alimentos internacionais	R\$ 5.189,52	—
5.4.25	Pedido de visto	R\$ 1.557,09	—

### Direito Migratório

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.4.26	Transformação de visto	R\$ 2.075,33	—
5.4.27	Residência / permanência	R\$ 2.593,57	—
5.4.28	Naturalização	R\$ 2.593,57	—
5.4.29	Defesa contra deportação / expulsão	R\$ 5.189,52	—

## 5.5 TERCEIRO SETOR

### Constituição e Governança

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.5.1	Consulta jurídica especializada (associações, ONGs, OSCs)	R\$ 473,28	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.5.2	Parecer jurídico para estatutos, governança e captação	R\$ 1.893,12	—
5.5.3	Assessoria para constituição de entidade do terceiro setor	R\$ 2.839,68	—
5.5.4	Revisão de estatutos e regimentos internos	R\$ 1.656,48	—
5.5.5	Registro e adequação estatutária	R\$ 1.656,48	—
5.5.6	Regularização perante cartório e junta comercial	R\$ 1.656,48	—
5.5.7	Organização de Fundações	R\$ 9.465,60	3% sobre o valor do bem destinado à instituição

### Títulos de Qualificação e Compliance

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.5.08	Implementação de programa de integridade (Compliance)	R\$ 18.675,63	—
5.5.09	Compliance contábil-jurídico para OS/OSCIP	R\$ 10.374,30	—
5.5.10	Assessoria para obtenção de Títulos (OSCIP/OS/CEBAS)	R\$ 4.732,80	—
5.5.11	Treinamento e capacitação de dirigentes	R\$ 3.549,60	—

### Parcerias, Convênios e Prestação de Contas

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.5.12	Elaboração de plano de trabalho para convênio público	R\$ 2.839,68	—
5.5.13	Acompanhamento de execução de convênios	R\$ 3.549,60	—
5.5.14	Prestação de contas — análise jurídica	R\$ 3.549,60	—
5.5.15	Impugnações e defesas administrativas (Relacionadas a Contas/Convênios)	R\$ 2.366,40	—

### Contencioso Judicial e Responsabilidade dos Dirigentes

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.5.16	Ação de responsabilidade de dirigentes / conselheiros	R\$ 7.264,85	5% sobre o valor do dano apurado ou o valor da condenação
5.5.17	Ação civil pública envolvendo entidade	R\$ 7.099,20	—
5.5.18	Mandado de segurança para convênios e certidões	R\$ 7.099,20	20% sobre o valor do repasse liberado

### Atos Administrativos e de Gestão

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
5.5.19	Recursos administrativos diversos (Gerais)	R\$ 3.549,60	—
5.5.20	Elaboração de atas, assembleias e atos decisórios	R\$ 946,56	—
5.5.21	Acompanhamento de diligências registrárias	R\$ 946,56	—

*Nota explicativa: Consultoria Permanente no Terceiro Setor: Para entidades do Terceiro Setor (Associações e Fundações) que optarem por assessoria mensal, os valores mínimos seguem o padrão da “Consultoria Permanente” (conforme item 5.1.1), garantindo suporte em atas e*

## BLOCO 6 – DIREITO PENAL E ÁREAS ESPECIAIS

### 6.1 DIREITO PENAL

#### Inquérito Policial

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.1	Diligência perante órgãos policiais ou judiciais em horário comercial (das 8 às 18 horas)	R\$ 1.419,84	—
6.1.2	Apresentação ou acompanhamento de inquérito policial	R\$ 3.786,24	—
6.1.3	Acompanhamento de lavratura de auto de prisão em flagrante	R\$ 2.366,40	—
6.1.4	Acompanhamento técnico de termo circunstanciado	R\$ 1.419,84	—
6.1.5	Pedido de arbitramento de fiança pela autoridade policial	R\$ 1.419,84	—
6.1.6	Acompanhamento de depoimento de vítimas, indiciados, testemunhas ou declarantes, em inquéritos policiais ou outras diligências singulares	R\$ 1.419,84	—
6.1.7	Análise de processos findos ou em andamento e elaboração de parecer	R\$ 1.419,84	—
6.1.8	Requerimento para instauração de inquérito policial e seu acompanhamento	R\$ 4.259,52	—
6.1.9	Oferecimento de notícia-crime ou representação perante autoridades: judicial, ministerial ou policial	R\$ 3.312,96	—

#### Investigação Defensiva

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.10	Diligências preliminares e coleta probatória em sede de investigação defensiva	R\$ 4.732,80	—

#### Ação Penal

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.11	Defesa/assistência em processo de rito sumário	R\$ 5.916,00	—
6.1.12	Defesa/assistência em processo de rito ordinário	R\$ 9.938,88	—
6.1.13	Defesa em rito especial	R\$ 11.832,00	—
6.1.14	Defesa em segunda instância	R\$ 11.832,00	—

#### Processo de Competência do Júri

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.15	Defesa até prolação de sentença de pronúncia	R\$ 9.465,60	—
6.1.16	Defesa em plenário	R\$ 10.885,44	—
6.1.17	Defesa até o final do julgamento pelo Tribunal do Júri	R\$ 17.748,00	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.18	Recursos	—	Aplica-se o item (Recursos Criminais) desta Tabela
6.1.19	Pedido de Desaforamento ou Reaforamento	R\$ 3.549,60	—
6.1.20	Assistente de Acusação ou de defesa	—	Aplicam-se os valores dos itens 6.1.15, 6.1.16 e 6.1.17

### Atuação em Ação Penal Privada

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.21	Atuação na propositura de queixa-crime e acompanhamento técnico até sentença penal	R\$ 5.916,00	—
6.1.22	Atuação em ação penal privada subsidiária da pública (propositura da queixa-crime e acompanhamento técnico até sentença penal condenatória)	R\$ 7.099,20	—

### Ações Penais Originárias

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.23	Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal	R\$ 21.297,60	—
6.1.24	Superior Tribunal de Justiça	R\$ 35.496,00	—
6.1.25	Supremo Tribunal Federal	R\$ 43.778,40	—

### Justiça Militar

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.26	Atuação na Justiça Militar	—	Vide seção própria de Direito Militar

### Práticas Colaborativas e Negociais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.27	Elaboração, negociação e homologação de acordo de não persecução penal	R\$ 4.259,52	—
6.1.28	Acompanhamento, elaboração e homologação de Colaboração Premiada	R\$ 4.259,52	—
6.1.29	Elaboração, acompanhamento e homologação de transação Penal	R\$ 2.839,68	—
6.1.30	Elaboração, acompanhamento e homologação de suspensão condicional do processo	R\$ 2.839,68	—

### Habeas Corpus ou Mandado de Segurança

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.31	Requerido perante Juízo de Direito de 1º grau de jurisdição	R\$ 4.732,80	—
6.1.32	Requerido perante o Tribunal Local	R\$ 7.099,20	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.33	Requerido perante o Tribunal Regional Federal	R\$ 17.748,00	—
6.1.34	Requerido perante o STJ e/ou STF	R\$ 21.297,60	—
6.1.35	Recurso Ordinário Constitucional em sede de Habeas Corpus	—	Metade dos valores mínimos previstos nos itens acima, conforme o Tribunal para o qual for interposto o recurso

### Sustentação Oral

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.36	Sustentação oral perante Câmaras ou Turmas do Tribunal de Justiça	R\$ 3.549,60	—
6.1.37	Sustentação oral perante Câmaras ou Turmas do Tribunal Regional Federal	R\$ 7.099,20	—
6.1.38	Sustentação oral perante Turmas Julgadoras nos Tribunais Superiores	R\$ 10.648,80	—

### Recursos Criminais e Ações Autônomas de Impugnação

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.39	Recurso em Sentido Estrito	R\$ 5.916,00	—
6.1.40	Apelação criminal	R\$ 5.916,00	—
6.1.41	Embargos infringentes	R\$ 4.969,44	—
6.1.42	Embargos de Declaração	R\$ 2.366,40	—
6.1.43	Agravo Regimental	R\$ 3.549,60	—
6.1.44	Recurso Especial	R\$ 10.648,80	—
6.1.45	Recurso Extraordinário	R\$ 11.832,00	—
6.1.46	Embargos de Divergência	R\$ 5.916,00	—
6.1.47	Agravo de Instrumento para admissão de recursos aos tribunais superiores	R\$ 5.916,00	—
6.1.48	Carta testemunhável	R\$ 3.549,60	—

### Recurso Ordinário Constitucional

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.49	Para o STJ	R\$ 6.625,92	—
6.1.50	Para o STF	R\$ 10.648,80	—

### Agravo de Execução

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.51	Agravo de Execução	R\$ 3.549,60	—

### Revisão Criminal

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.52	Revisão Criminal	R\$ 7.099,20	—

### Correição Parcial

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.53	Correição Parcial	R\$ 2.603,04	—

### Reclamação (STJ e STF)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.54	Reclamação (STJ e STF)	R\$ 6.625,92	—

### Outras Formas de Atuação

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.55	Incidente de uniformização	R\$ 4.732,80	—
6.1.56	Representação em 2º grau	R\$ 4.732,80	—
6.1.57	Memorial em 2º grau	R\$ 3.549,60	—
6.1.58	Representação por inconstitucionalidade	R\$ 14.198,40	—
6.1.59	Despacho pessoal com autoridades	R\$ 3.549,60	—

### Requerimentos de Liberdade

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.60	Requerimento para revogação ou relaxamento de prisão	R\$ 3.549,60	—
6.1.61	Pedido de liberdade provisória com ou sem fiança	R\$ 3.549,60	—

### Execução Penal

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.62	Comutação	R\$ 5.442,72	—
6.1.63	Permissão de Saída ou Saída Temporária	R\$ 2.129,76	—
6.1.64	Remição da Pena	R\$ 2.129,76	—
6.1.65	Progressão de Regime	R\$ 3.549,60	—
6.1.66	Pedido de Prisão Domiciliar	R\$ 5.916,00	—
6.1.67	Livramento Condicional	R\$ 6.389,28	—
6.1.68	Conversão da Pena	R\$ 3.076,32	—
6.1.69	Excesso ou Desvio da Execução	R\$ 3.076,32	—
6.1.70	Pedido avulso de anistia, graça ou indulto	R\$ 5.916,00	—
6.1.71	Pedido de reabilitação	R\$ 4.022,88	—
6.1.72	Pedido de unificação de pena	R\$ 3.076,32	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.73	Revogação de medida de segurança	R\$ 6.389,28	—
6.1.74	Pedido de Prisão em Albergue	R\$ 5.916,00	—

### Atuações Avulsas Durante o Procedimento Judicial

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.75	Defesa Preliminar	R\$ 2.366,40	—
6.1.76	Audiência de Conciliação	R\$ 1.656,48	—
6.1.77	Audiência Admonitória	R\$ 1.893,12	—
6.1.78	Audiência de Instrução	R\$ 3.549,60	—
6.1.79	Audiência de Custódia	R\$ 2.366,40	—
6.1.80	Alegações Finais em crime punido com reclusão	R\$ 3.549,60	—
6.1.81	Alegações Finais em crime punido com detenção	R\$ 1.893,12	—
6.1.82	Exceções (da verdade, de suspeição, de incompetência do juízo, de litispendência, de ilegitimidade de parte, de coisa julgada ou outras)	R\$ 3.549,60	—
6.1.83	Conflitos de Jurisdição ou Competência	R\$ 3.549,60	—
6.1.84	Restituição de Coisas Apreendidas: Com e sem impugnação	R\$ 3.549,60	—
6.1.85	Medidas Assecuratórias (sequestro, hipoteca legal ou arresto de bens) – Advogado do ofendido	R\$ 3.549,60	10% do valor do bem
6.1.86	Medidas Assecuratórias (sequestro, hipoteca legal ou arresto de bens) – Advogado de defesa	R\$ 3.549,60	10% do valor do bem
6.1.87	Medidas Assecuratórias (sequestro, hipoteca legal ou arresto de bens) – Embargos	R\$ 3.549,60	10% do valor do bem
6.1.88	Incidente de falsidade documental	R\$ 3.549,60	—
6.1.89	Incidente de Insanidade Mental do Acusado	R\$ 3.549,60	—
6.1.90	Ação Civil Ex Delicto, execução ou liquidação civil da sentença penal condenatória	—	10% do valor efetivamente auferido pela parte

### Outras Atuações Especiais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.91	Pedido de Explicações (Interpelação Judicial)	R\$ 3.549,60	—
6.1.92	Justificação Judicial	R\$ 3.549,60	—
6.1.93	Defesa em Inquérito perante MP (Procedimento Investigatório Criminal – PIC)	R\$ 9.465,60	—
6.1.94	Ações Cautelares	R\$ 4.732,80	—
6.1.95	Crimes Eleitorais	—	Vide Tabela Eleitoral
6.1.96	Inquérito Civil Público	R\$ 4.732,80	—

### Diligências

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.97	Diligência em unidade Prisional da Capital	R\$ 946,56	—
6.1.98	Diligência em unidade Prisional do Interior	R\$ 1.419,84	—
6.1.99	Carta Precatória	R\$ 2.603,04	—

### Representação de Autoridades

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.0100	Perante Corregedorias (Delegados, MP, Magistrados)	R\$ 10.648,80	—
6.1.0101	Perante Conselhos Nacionais	R\$ 15.854,88	—

### Consultas

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.1.0102	Consulta Advocatícia em horário comercial (das 8 às 18 horas)/hora	R\$ 236,64	—
6.1.0103	Consulta Advocatícia fora do horário comercial/hora	R\$ 473,28	—

### Notas Explicativas:

**Nota explicativa:** Sustentação oral com múltiplos réus: Para cada réu a mais, a atuação na sustentação oral da tribuna será remunerada pelo acréscimo de 50% dos valores acima, tanto para defesa, como também para acusação, respectivamente.

**Nota explicativa:** Repetição de sessão plenária do Júri: Em caso de repetição da sessão plenária de julgamento, por anulação do julgamento anterior, em se mantendo o mesmo advogado (de defesa ou do assistente), os honorários deverão ser fixados em 30% do valor da defesa em plenário, ou, no mínimo, 15 URH.

**Nota explicativa:** Plantão judicial: Quando o ato for requerido em horário de plantão judicial, deverá haver acréscimo mínimo de 50% sobre os valores previstos para o respectivo serviço.

**Nota explicativa:** Sustentação oral perante Pleno ou Corte Especial: Se a sustentação oral for perante o Pleno ou Corte Especial do Tribunal respectivo, o valor mínimo dos honorários advocatícios deverá ser acrescido de 50%.

**Nota explicativa:** Assistente de acusação: Esta Tabela remunera, também, pelos mesmos valores correspectivos, o advogado do assistente de acusação, quando atuar em conjunto ou paralelamente à defesa ou à acusação pública.

**Nota explicativa:** Ações penais privadas: O valor dos honorários advocatícios nas ações penais privadas remunera tanto o representante do querelante quanto o do querelado, indistintamente, salvo ajuste contratual em sentido diverso.

## 6.2 DIREITO MILITAR

### Consultas e Atos Pré-Processuais

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.2.1	Consulta em horário comercial (por hora)	R\$ 473,28	—
6.2.2	Consulta fora do horário comercial (por hora)	R\$ 709,92	—
6.2.3	Diligência perante órgãos policiais militares	R\$ 1.419,84	—
6.2.4	Acompanhamento de Inquérito Policial Militar (IPM)	R\$ 3.786,24	—
6.2.5	Acompanhamento de lavratura de auto de prisão em flagrante	R\$ 2.366,40	—
6.2.6	Acompanhamento técnico de termo circunstanciado (TCO)	R\$ 1.419,84	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.2.7	Requerimento para instauração de IPM e acompanhamento	R\$ 4.259,52	—
6.2.8	Oferecimento de notícia-crime ou representação	R\$ 3.312,96	—
6.2.9	Diligência em Unidade Prisional (Capital)	R\$ 946,56	—

### Ação Penal Militar

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.2.10	Defesa em processo de rito sumário	R\$ 6.389,28	—
6.2.11	Defesa em processo de rito ordinário	R\$ 10.885,44	—
6.2.12	Defesa em processo de rito especial	R\$ 13.251,84	—
6.2.13	Atuação em segunda instância (Tribunal Local/TRF)	R\$ 11.832,00	—
6.2.14	Crimes contra a segurança nacional ou equiparados	R\$ 23.664,00	—
6.2.15	Ação Originária: TJ e Tribunal Regional Federal	R\$ 21.297,60	—
6.2.16	Ação Originária: Superior Tribunal de Justiça (STJ)	R\$ 35.496,00	—
6.2.17	Ação Originária: Supremo Tribunal Federal (STF)	R\$ 43.778,40	—
6.2.18	Habeas Corpus perante Juízo de 1º Grau	R\$ 7.099,20	—
6.2.19	Habeas Corpus perante o Tribunal Regional Federal	R\$ 17.748,00	—
6.2.20	Habeas Corpus perante o STJ ou STF	R\$ 21.297,60	—
6.2.21	Júri Militar: Defesa até prolação de pronúncia	R\$ 9.465,60	—
6.2.22	Júri Militar: Defesa em plenário	R\$ 10.648,80	—

### Recursos e Incidentes

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.2.23	Recurso em Sentido Estrito / Apelação	R\$ 6.389,28	—
6.2.24	Embargos Infringentes	R\$ 5.206,08	—
6.2.25	Recurso Especial (STJ)	R\$ 10.648,80	—
6.2.26	Recurso Extraordinário (STF)	R\$ 11.832,00	—
6.2.27	Revisão Criminal	R\$ 7.572,48	—
6.2.28	Sustentação Oral (Tribunal Local)	R\$ 3.549,60	—
6.2.29	Sustentação Oral (Tribunais Superiores)	R\$ 10.648,80	—
6.2.30	Defesa Preliminar	R\$ 3.076,32	—
6.2.31	Audiência de Custódia	R\$ 2.366,40	—
6.2.32	Exceções (Incompetência, Suspeição, etc.)	R\$ 3.549,60	—
6.2.33	Representação por Inconstitucionalidade	R\$ 14.198,40	—

### Execução Penal Militar

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.2.34	Liberdade Provisória ou Relaxamento de Prisão	R\$ 3.549,60	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.2.35	Comutação de Pena	R\$ 5.442,72	—
6.2.36	Progressão de Regime	R\$ 3.549,60	—
6.2.37	Livramento Condicional	R\$ 6.389,28	—
6.2.38	Pedido de Prisão Domiciliar	R\$ 6.389,28	—
6.2.39	Conversão da Pena / Unificação	R\$ 3.076,32	—
6.2.40	Agravo de Execução	R\$ 3.549,60	—

### Atos Administrativos Militares

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.2.41	Defesa em Sindicância Militar	R\$ 4.150,67	—
6.2.42	Defesa em PADM / Processo Administrativo	R\$ 9.465,60	—
6.2.43	Conselho de Disciplina	R\$ 8.301,33	—
6.2.44	Conselho de Justificação	R\$ 10.376,66	—
6.2.45	Reintegração de Militar	R\$ 8.301,33	20% a 30% sobre o proveito econômico
6.2.46	Promoção por Preterição	R\$ 7.264,85	20% a 30% sobre o proveito econômico
6.2.47	Reforma ou Reserva	R\$ 7.264,85	20% a 30% sobre o proveito econômico
6.2.48	Mandado de Segurança Administrativo	R\$ 7.099,20	20% a 30% sobre o proveito econômico
6.2.49	Defesa em Inquérito perante MP	R\$ 9.465,60	—
6.2.50	Representação perante Corregedorias	R\$ 10.648,80	—
6.2.51	Representação perante Conselhos Nacionais	R\$ 15.854,88	—

## 6.3 DIREITO MÉDICO E DA SAÚDE

### Atuação Contenciosa

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.3.01	Ação de Obrigação de Fazer (Liminar – Saúde ou SUS)	R\$ 4.668,91	20% do proveito econômico
6.3.02	Ação Indenizatória por Erro Médico (Paciente/Família)	R\$ 5.187,15	30% da Contratação
6.3.03	Defesa em Responsabilidade Civil de Profissional de Saúde	R\$ 11.931,39	20% a 30% sobre o êxito
6.3.04	Reajuste abusivo de plano de saúde (Faixa etária/Idoso)	R\$ 4.150,67	20% do proveito econômico
6.3.05	Ação de fornecimento de medicamento (SUS ou Plano)	R\$ 4.150,67	20% sobre o proveito econômico
6.3.06	Ação de cobertura de procedimento cirúrgico	R\$ 4.668,91	20% sobre o proveito econômico
6.3.07	Home Care (Implantação ou restabelecimento)	R\$ 4.150,67	20% sobre o proveito econômico

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.3.08	Ação para inclusão/manutenção em plano de saúde	R\$ 3.942,42	20% sobre o proveito econômico
6.3.09	Apelação em ações de saúde	R\$ 4.668,91	—
6.3.10	Agravo de Instrumento (Saúde)	R\$ 3.111,82	—
6.3.11	Sustentação oral (Tribunal)	R\$ 1.867,09	—
6.3.12	Cumprimento de sentença em ações de saúde	R\$ 2.593,57	10% sobre o proveito econômico
6.3.13	Tutela de urgência prévia (Pré-ação)	R\$ 1.557,09	—

### Atuação Preventiva, Consultiva e Ética

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.3.14	Defesa em Processo Ético-Profissional (Por fase)	R\$ 7.780,72	—
6.3.15	Consulta especializada com análise documental (Hora)	R\$ 726,48	—
6.3.16	Parecer jurídico em saúde (Até 10 páginas)	R\$ 3.630,06	—
6.3.17	Elaboração/Revisão de contrato clínico (TCLE, etc.)	R\$ 2.903,57	—
6.3.18	Programa de Compliance Médico/Hospitalar	R\$ 18.678,00	—
6.3.19	Assessoria mensal – Consultórios e Clínicas	R\$ 3.111,82	—
6.3.20	Assessoria mensal – Hospitais	R\$ 8.301,33	—
6.3.21	Execução contra plano de saúde (Quantia)	—	10% sobre o proveito econômico
6.3.22	Inquérito Civil Público (Matéria de Saúde)	R\$ 4.732,80	—

## 6.4 DIREITO MARÍTIMO, PORTUÁRIO E ADUANEIRO

### Ações e Procedimentos de Natureza Judicial e/ou Extrajudicial

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.4.1	Apreensão de Embarcações	R\$ 59.160,00	15% sobre o valor da caução/garantia
6.4.2	Defesas Administrativas – Direito Marítimo	R\$ 10.648,80	10% sobre o valor da causa ou o proveito econômico
6.4.3	Defesas Judiciais – Direito Marítimo	R\$ 11.832,00	10% sobre o valor da causa ou o proveito econômico
6.4.4	Ratificação de Protesto Marítimo	R\$ 8.282,40	10% sobre o valor da causa ou o proveito econômico
6.4.5	Retificação Judicial de Protestos Marítimos	R\$ 11.832,00	10% sobre o valor da causa ou o proveito econômico
6.4.6	Salvados Marítimos	R\$ 23.664,00	20% sobre o valor do bem

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.4.7	Avárias Marítimas (General Average)	R\$ 10.376,66	20% a 30% sobre o valor da contribuição
6.4.8	Arribadas Forçadas – Responsabilidade e Custos	R\$ 8.301,33	20% sobre o valor da contribuição
6.4.9	Defesa em Auto de Infração Aduaneiro	R\$ 5.187,15	10% sobre o valor aduaneiro
6.4.10	Defesa em Processo de Perdimento	R\$ 6.744,24	10% sobre o valor aduaneiro da mercadoria ou do veículo
6.4.11	Responsabilidade por Danos à Carga em Terminal	R\$ 6.226,00	20%

### Consultoria, Pareceres e Atos Administrativos

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.4.12	Consulta jurídica (Marítimo, Portuário ou Aduaneiro)	R\$ 362,06	—
6.4.13	Parecer técnico aduaneiro ou regulatório	R\$ 3.632,42	—
6.4.14	Parecer técnico marítimo (navegação, poluição)	R\$ 4.668,91	—
6.4.15	Defesa em Processo Sancionador ANTAQ	R\$ 5.187,15	10% sobre o valor da multa evitada.
6.4.16	Liberação de Mercadoria Retida / Exigência Fiscal	R\$ 5.707,76	10% sobre o valor da mercadoria
6.4.17	Pedido de Revisão de Lançamento Aduaneiro	R\$ 4.668,91	10% sobre valor poupado pelo cliente
6.4.18	Acompanhamento de DUIMP / DTA / Declarações	R\$ 3.111,82	—
6.4.19	Disputas Tarifárias Portuárias	R\$ 5.707,76	—
6.4.20	Acompanhamento de Operações Portuárias	R\$ 3.111,82	—

### Penal Especializado e Diligências

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.4.21	Defesa em Crime de Navegação	R\$ 8.301,33	—
6.4.22	Defesa em Contrabando ou Descaminho	R\$ 10.376,66	—
6.4.23	Crimes Ambientais em Porto ou Embarcação	R\$ 7.264,85	—
6.4.24	Audiência isolada na matéria	R\$ 2.603,04	—
6.4.25	Acompanhamento de Vistoria (Marinha/Alfândega)	R\$ 2.603,04	—
6.4.26	Reunião técnica com Autoridade Portuária/Alfândega	R\$ 1.867,09	—
6.4.27	Diligência urgente em zona portuária/aduaneira	R\$ 1.244,73	—

## 6.5 DIREITO DESPORTIVO

### Consultas e Pareceres

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.5.1	Consulta simples em matéria desportiva	R\$ 1.656,48	—
6.5.2	Consulta complexa (regulamentos, contratos, transferências)	R\$ 2.603,04	—
6.5.3	Parecer jurídico simples	R\$ 1.656,48	—
6.5.4	Parecer de maior complexidade	R\$ 3.312,96	—
6.5.5	Análise técnica de regulamentos de competições	R\$ 1.036,48	—
6.5.6	Reunião com dirigentes ou órgãos reguladores	R\$ 828,24	—

### Justiça Desportiva (Denunciado, Impugnação, Inquérito, Revisão)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.5.7	Defesa na Justiça Desportiva (Denunciado) – 1º Grau (TJD)	R\$ 1.656,48	—
6.5.8	Defesa na Justiça Desportiva (Denunciado) – 2º Grau (STJD)	R\$ 3.312,96	—
6.5.9	Procedimentos Especiais (Impugnação/Inquérito/Revisão)	R\$ 4.150,67	—
6.5.10	Litigioso em Âmbito Nacional (CBF/Federações/Ligas)	R\$ 11.358,72	—
6.5.11	Litigioso em Âmbito Internacional (Entidades)	R\$ 24.373,92	—
6.5.12	Procedimento litigioso perante FIFA e TAS/CAS	R\$ 32.419,68	20% sobre o valor da condenação ou proveito econômico

### Contratos e Transferências

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.5.13	Elaboração de Contrato de Atleta Profissional	R\$ 4.150,67	—
6.5.14	Contrato de Formação ou de Base	R\$ 3.111,82	—
6.5.15	Contrato de Direito de Imagem ou Arena	R\$ 4.668,91	—
6.5.16	Registro Federativo Nacional de Atleta	R\$ 2.593,57	—
6.5.17	Transferência Nacional de Atleta	R\$ 5.187,15	—
6.5.18	Transferência Internacional (TMS/FIFA)	R\$ 10.376,66	—
6.5.19	Registro Urgente em Janela de Transferência	R\$ 3.632,42	—

### Procedimentos Judiciais Trabalhistas

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.5.20	Procedimento Ordinário (Proposição ou Defesa)	R\$ 8.282,40	25% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
6.5.21	Procedimento Sumaríssimo (Proposição ou Defesa)	R\$ 4.259,52	25% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
6.5.22	Reclamação Trabalhista (Patrocínio Reclamante)	R\$ 4.969,44	25% sobre o valor da condenação ou proveito econômico

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.5.23	Acréscimo: Recurso Ordinário (Reclamante)	R\$ 2.129,76	10% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
6.5.24	Acréscimo: Recurso de Revista (Reclamante)	R\$ 3.312,96	10% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
6.5.25	Reclamação Trabalhista (Patrocínio Reclamado)	R\$ 6.625,92	25% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
6.5.26	Acréscimo: Recurso Ordinário (Reclamado)	R\$ 2.603,04	10% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
6.5.27	Acréscimo: Recurso de Revista (Reclamado)	R\$ 3.312,96	10% sobre o valor da condenação ou proveito econômico

## Recursos e Diligências

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.5.28	Recurso ao Pleno do TJD ou STJD	R\$ 3.111,82	—
6.5.29	Sustentação Oral em TJD ou STJD	R\$ 1.557,09	—
6.5.30	Acompanhamento de sessão de julgamento	R\$ 1.036,48	—
6.5.31	Diligência administrativa em entidade desportiva	R\$ 518,24	—
6.5.32	Atuação em regime de plantão desportivo (24h)	R\$ 2.366,40	—

### Notas Explicativa:

**Nota explicativa:** Proveito econômico: Nos itens em que se prevê percentual, considera-se como proveito econômico: o valor da condenação imposta ou evitada; o valor de multas, penalidades ou débitos desportivos afastados ou reduzidos; o valor econômico do contrato, transferência, prêmio ou vantagem patrimonial obtida.

**Nota explicativa:** Atuação em múltiplas instâncias: Cada instância (TJD, STJD, Justiça Comum) gera honorários próprios, não incluídos no valor da fase anterior, salvo ajuste contratual expresso.

**Nota explicativa:** Acréscimos em recursos: Os itens 6.5.23, 6.5.24, 6.5.26 e 6.5.27 referem-se a acréscimos aos valores base das reclamações trabalhistas, não substituindo-os.

**Nota explicativa:** Plantão desportivo: A atuação em regime de plantão (24h) refere-se a disponibilidade integral para atendimento de emergências desportivas, incluindo finais de campeonato, decisões ou eventos de grande relevância.

## 6.6 DIREITO DE TRÂNSITO

### Consultoria e Pareceres

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.6.1	Consulta jurídica em matéria de trânsito	R\$ 260,30	—
6.6.2	Parecer jurídico simples	R\$ 830,61	—
6.6.3	Parecer jurídico complexo	R\$ 1.557,09	—
6.6.4	Laudos / Vistorias / Parecer Técnico	R\$ 830,61	—

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.6.5	Certidões (RENACH / RENAVAL / DETRAN)	R\$ 312,36	—

#### Fase Administrativa (DETRAN / SMTT / JARI / CETRAN)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.6.6	Defesa Prévia e Recursos de Infração	R\$ 1.183,20	20% sobre valor poupado pelo cliente
6.6.7	Recurso JARI ou CETRAN	R\$ 4.022,88	20% sobre valor poupado pelo cliente
6.6.8	Suspensão por Acúmulo de Pontuação	R\$ 1.419,84	20% sobre valor poupado pelo cliente
6.6.9	Suspensão por Infração Específica	R\$ 2.129,76	20% sobre valor poupado pelo cliente
6.6.10	Cassação do Direito de Dirigir	R\$ 2.603,04	20% sobre valor poupado pelo cliente
6.6.11	Defesa em Processo Sumário (CFC / CRVA / Depósito)	R\$ 4.022,88	20% sobre valor poupado pelo cliente
6.6.12	Defesa por Alcoolemia ou Recusa (Art. 165/165-A CTB)	R\$ 3.312,96	20% sobre valor poupado pelo cliente
6.6.13	Transferência de Pontos / Erro de Notificação	R\$ 1.183,20	—
6.6.14	Liberação de Veículo / Acompanhamento em Vistoria	R\$ 1.656,48	—
6.6.15	Postulação Administrativa de Cunho Previdenciário	R\$ 2.603,04	20% sobre o proveito econômico
6.6.16	Justificação Previdenciária	R\$ 2.603,04	20% sobre o proveito econômico
6.6.17	Reunião Técnica com Autoridade de Trânsito	R\$ 473,28	—

#### Ações Judiciais Cíveis em Matéria de Trânsito

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.6.18	Proposição de Ação ou Defesa (Anulatória/MS/Declaratória)	R\$ 6.389,28	20% sobre o proveito econômico
6.6.19	Suspensão Judicial de Processo de Suspensão ou Cassação	R\$ 6.389,28	20% sobre o proveito econômico
6.6.20	Restituição de Valores ou Taxas Indevidas	R\$ 6.389,28	20% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
6.6.21	Danos Materiais ou Morais (Acidente de Trânsito)	R\$ 7.809,12	20% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
6.6.22	Ação Civil ex delicto	R\$ 7.099,20	20% sobre o valor da condenação ou proveito econômico
6.6.23	Ação contra Seguradora (inclui DPVAT)	R\$ 6.389,28	20% sobre o valor da condenação ou proveito econômico

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.6.24	Cumprimento de Sentença	R\$ 2.593,57	10% sobre o valor do cumprimento de sentença

### Crimes de Trânsito (CTB – Lei 9.503/97)

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.6.25	Homicídio Culposo (Art. 302)	R\$ 10.648,80	—
6.6.26	Lesão Corporal Culposa (Art. 303)	R\$ 8.282,40	—
6.6.27	Embriaguez ao Volante (Art. 306)	R\$ 6.389,28	—
6.6.28	Omissão de Socorro ou Fuga do Local (Art. 304/305)	R\$ 6.389,28	—
6.6.29	Condução sem CNH ou Entrega a Não Habilitado	R\$ 6.389,28	—
6.6.30	Habeas Corpus de Trânsito	R\$ 7.099,20	—

### Atos Avulsos e Diligências

Item	Atividade	Valor Mínimo	Percentual
6.6.31	Atendimento emergencial em blitz ou acidente	R\$ 1.893,12	—
6.6.32	Audiência no JECRIM ou Sustentação Oral	R\$ 1.656,48	—
6.6.33	Atuação em regime de plantão (24h)	R\$ 2.366,40	—

#### Nota: Explicativa:

*Nota explicativa: Deslocamentos e Custos Operacionais: Despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, custeio de cópias, emolumentos e taxas não estão incluídas nos valores mínimos aqui previstos, devendo ser adiantadas pelo contratante ou reembolsadas mediante comprovação.*

*Nota explicativa: Compatibilização com Normas de Órgãos de Trânsito: Na execução contratual com órgãos de trânsito, recomenda-se observar os limites orçamentários e as regras de contratação de serviços advocatícios.*